



# ELLO



PORTE  
PAGO

ANO IV  
OUTUBRO  
N.º 64  
1978  
MENSAL  
PREÇO 10\$00

## Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA  
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas  
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)  
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

### EDITORIAL

Estivemos no Encontro Nacional de Reabilitação de Deficientes que a APD e outras Associações de deficientes realizaram no passado dia 21 e 22 de Outubro, em Lisboa.

Tivemos a oportunidade de, pela primeira vez, assistir a uma reunião de deficientes civis em que estes analisaram os seus próprios problemas.

Tivemos a oportunidade de verificar como eles sentem a sua situação e de registar as soluções que apontam. Foi uma oportunidade importante, em que constatámos que os deficientes têm uma consciência clara da sua situação, que essa consciência brota do fundo do seu desespero e da sua revolta perante um estado de coisas que não aceitam. Foi oportuno constatar que existe uma grande força latente entre os deficientes capaz e suficiente para mudar esse estado de coisas.

É pena que esta oportunidade não tivesse surgido há mais tempo e que outras se lhe tivessem seguido, porque neste momento o panorama da reabilitação poderia ser já bem diferente.

Mas é bom, de qualquer forma, sobretudo animador, saber-se que, embora com marcado atraso, os deficientes civis se encontram preparados para exigir o lugar a que têm direito na sociedade.

No final do encontro foi aprovada uma moção sobre a realização, no próximo ano, de um congresso de todos os deficientes, incluindo os deficientes das Forças Armadas e os sinistrados do trabalho. Esta moção consubstanciou as ideias e posições expressas em várias intervenções ao longo da reunião. Efectivamente a tónica da unidade dos deficientes foi dominante. Unir forças para uma actuação comum, seria uma das grandes conclusões do encontro.

Esta conclusão reveste-se de importância inestimável. São os próprios deficientes que, espontaneamente, concluem que o êxito da sua luta está na força da sua unidade. Temos, a partir de agora, não apenas a ADFA a defender esta actuação, temos os próprios deficientes civis sintonizados com os deficientes das Forças Armadas.

Necessário se torna agora que este sentir e esta disposição manifestados no Penta Hotel sejam devidamente respeitados por quem está encarregado de representar os deficientes. Necessário se torna que os dirigentes da APD saibam e sejam capazes de actuar de acordo com a vontade manifesta da sua massa associativa. E não estamos apenas a referir-nos ao Congresso de todos os deficientes. Estamos já a pensar em formas imediatas de concretizar esta disposição dos deficientes, através de uma acção conjunta das várias Associações. Urge pois encontrar as formas adequadas que constituam uma resposta eficaz aos anseios de todos os deficientes. Só assim eles próprios serão capazes de assumir o papel de agentes de transformação da sociedade, tal como se reivindicou no encontro, de molde a que esta os aceite naturalmente.

Só através de uma acção conjunta, na unidade de objectivos e intenções, é possível avançar na resolução concreta das várias questões que se levantam. Só através dessa acção é possível forçar os governos a cumprir o art.º 71.º da Constituição, tantas, vezes reclamado no encontro, e a tomar medidas capazes de retirar da situação de miséria

(Continua na 12.ª pág.)

## APD PROMOVEU I ENCONTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) promoveu um Encontro Nacional de Deficientes que se realizou em Lisboa, no Hotel Penta, nos dias 21 e 22 de Outubro.

Na organização do encontro colaboraram a Associação Luís Braille, Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal, Associação Portuguesa dos Hemofílicos, Associação Portuguesa

**Aprovada Moção sobre a realização de um Congresso de todos os deficientes, incluindo os deficientes das Forças Armadas e sinistrados no trabalho**

tes em Portugal é bastante trágica, tendo-se reflectido isso no próprio andamento dos trabalhos, já que, no período de intervenções, surgiu um desfiar de situações concretas de muitos pre-

samente, voltada para as questões de sobrevivência. Isto implica, necessariamente, a sobrevalorização das pensões, subsídios, isenções, assistência médica, assistência protésica, etc., em detrimento de outras preocupações, tais como a reabilitação profissional, a educação, o emprego e a própria consciencialização da sociedade.

No painel do ensino foram analisadas as várias questões relativas ao ensino para deficientes, tendo sido realçado que a percentagem de deficientes que têm acesso a estabelecimentos de ensino especiais para deficientes é muito reduzido, apenas de 2%. Sendo o ensino um meio eficiente para a valorização do deficiente para poder competir na sociedade com os outros cidadãos, constatou-se que não existem em Portugal, quer através do ensino especial, quer através do ensino integrado, condições mínimas para que os deficientes possam desenvolver as suas capacidades através da valorização cultural. Assim, se por um lado as estruturas de ensino es-

(Continua na 12.ª pág.)



A mesa que presidiu à abertura dos trabalhos (Foto Farinha Lopes)

para Protecção às Crianças Autistas, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral e Associação de Pais para a Educação das Crianças Deficientes Auditivas.

Estiveram presentes neste encontro cerca de 400 deficientes vindos de vários pontos do País.

A ADFA, convidada para estar presente, fez-se representar por uma delegação de 7 elementos, sendo 6 de Lisboa e 1 da delegação do Porto.

Os trabalhos iniciaram-se no dia 21 às 9 horas e encerraram no dia 22 às 18 horas. Os temas em discussão foram a Segurança Social e os Deficientes, a Educação e os Deficientes e o Emprego e os Deficientes.

Relativamente ao primeiro tema, Segurança Social, verificou-se que a situação dos deficien-

## ENCONTRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ADFA

Realizou-se nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro um encontro dos Órgãos Sociais da Associação, promovido pela Direcção Central, com o objectivo de proporcionar um melhor conhecimento mútuo dos vários responsáveis da sede e delegações e de se proceder a uma análise dos aspectos fundamentais da vida associativa a nível de responsáveis.

A reunião teve lugar em Lisboa na sede da Associação, com início no dia 30 de Setembro às 14 horas e terminou no dia 1 de Outubro às 18 horas.

Estiveram representados todos os órgãos sociais de todas as zonas e delegações, mesas de Assembleia Geral, Direcções e Conselhos Fiscais, à excepção das delegações de Bragança e Ponta Delgada, por dificuldades de transporte (no caso da última, devido

à greve dos pilotos dos transportes aéreos dos Açores).

Tratou-se do primeiro encontro deste género realizado na ADFA que constitui, pensamos, um feliz precedente, pois que, dada a oportunidade e importância de que se revestiu, outros se lhe seguirão.

A ordem de trabalhos da reunião era bastante extensa, reunindo vários pontos propostos previamente pelos diversos órgãos, tais como: Estatutos, Secretariado Nacional, interligação das delegações com as zonas e destas com a sede, papel do Conselho Fiscal Central e dos Conselhos Fiscais de Zona, orgânica dos serviços centrais e sua ligação com as zonas e delegações, gestão de pessoal, Direcção Central, análise financeira e uniformização de sistemas, legislação militar e CMRA, si-

(Continua na 5.ª pág.)

# ACUSO-TE, SOCIEDADE!

Sou cego. Nem a mim o nego. De resto, seria impossível fazê-lo, senão talvez o fizesse. Já não sou, por exemplo, um invisível. Não conheço camaradas deficientes que sejam infalíveis, inaudíveis, inaudíveis, inaudíveis, etc. Vamos chamar as coisas pelo nome: um cego é um cego, conforme um surdo é um surdo.

Parece provar-se que a cegueira, em termos de compaixão, é a deficiência que mais comove as pessoas. Para vós, sociedade, ser-se cego é algo do outro mundo, não se trata bem de pessoas coitadas, é uma tristeza. Conto-vos um episódio que hoje se passou comigo. Ao sair do comboio da linha de Sintra

pretendia deslocar-me ao piso do rés-do-chão da estação e tive a ajuda pronta e útil de uma senhora que solicita me quis trazer para baixo. Havia três modalidades, escadas normais, elevador e escadas rolantes. Informei a minha acompanhante que pretendia ir pelas escadas rolantes, ao que ela retorquiu: — não, pode cair! Não minha senhora, estou habituado. A aflicção da boa «samaritana» era manifesta perante a minha insistência, mas lá fomos e tudo correu bem.

Para ela, senhora de boa vontade, teria ficado gravado que se tratava de um cego especial, que até fazia daquelas habilidades. Aliás, para um cego entrar numa escada rolante basta, se o quiserem ajudar, por-lhe a mão no corrimão rolante, tal como para indicar a cadeira a um cego não vale a pena dizer «chegue-se para a frente, já está quase, etc.» Evita-se tudo isto colocando a mão do cego nas costas da cadeira e ele localiza de imediato a posição da mesma. Para atravessar um cego numa rua de movimento, por exemplo, ofereça-lhe o seu braço e não tente com esforço físico levá-lo pelo ar.

Estas são duas ou três normas muito práticas que podem, efectivamente, ajudar quem necessita de alguma coisa que não é muita.

Por favor, acabem com os coitadinhos dos ceguinhos, etc., etc. Não merecemos tanto e ainda por cima repudiamos a diferença. Há só uma questão que, pedindo antecipadamente desculpa de os melindrar eu queria expressar: os cegos não são acéfalos ou insensíveis, pensam e sentem como vocês.

No fundo a sociedade é boa, precisa é de ser educada. Não se esqueçam que os cegos e as cegas são homens e mulheres de corpo e alma.

JORGE MAURICIO

# ESTAMOS AQUI, SENHOR PROFESSOR

Raramente me é possível assistir a um programa de televisão, dado faltar-me tempo por excesso de afazeres — bom sinal —, mas não lamento, pois, de resto, no meu modesto entender, os programas situam-se, geralmente, muito abaixo do sofrível...

Sucede, por vezes, ver uma ou outra transmissão, quase sempre me parecendo mediocre quando me remtem a troco da taxa que até pago!

Foi assim que assisti, por mero acaso, a uma missão intitulada «Um milhão», salvo erro integrada num programa de desporto. O aparelho estava ligado, intrigou-me o título, atentei no assunto e constatei reportar-se à problemática dos Deficientes em Portugal. Claro, não podia perder o tema, concentrando-me nas imagens e palavras do Prof. Noronha Feio, responsável pelo texto, se não por todo o plano exposto.

De boa-fé, aguardava as referências do Professor aos Deficientes das Forças Armadas, considerando o precedente da ousadia, inteligência e cultura que imprimiu a filmes deste género, parcialmente dedicados a grupos lamentavelmente marginalizados.

Apenas, todavia, uma breve alusão, o enumerar de uma cifra terrível (duzentos mil, terei ouvido bem?) e uma pergunta: «onde os esconderam?».

Ora bem, pela consideração que me merece o Prof. Noronha Feio, quer pelas suas aptidões didáticas e pedagógicas, quer pela coragem com que abalança a versar certos assuntos, creio dever-lhe uma resposta e algumas críticas que, estou certo, irá, caso não as aceite, considerar pertinentes.

Senhor Professor, estamos aqui. Aqui, na ADFA, onde nos poderá contactar quando lhe aprouber e será recebido com amizade e alegria!

É certo que tentaram — e tentam em vão — esconder-nos, mas, como proclama um dos nossos consócios (poeta já de grande nomeada), «somos muitos, muitos tantos/que nem sabemos quantos». Logo, porque muitos somos, é impossível ocultar.

Presentes não só na nossa Associação, mas também no Lar Militar, nos hospitais, nas ruas (infelizmente) a esmolar, nas fábricas, campos, quartéis, escritórios, a trabalhar, a estudar nas escolas... Só quem não quiser não nos vê!

É urgente, Senhor Professor, mostrar que os deficientes, ao invés do sugerido pelo programa em causa, não estão necessariamente em cadeiras de rodas, embora se imponha a explicação, em termos claros do que é a vida dos deficientes em tais condições e apontar como solucionar os seus problemas, desde facultar-lhes habitação adequada a facilidades nos transportes e casas de espectáculos. Há grandes deficientes acamados, milhares de deficientes mentais,

amputados, cegos ou padecendo deficiências tremendas mas não visíveis, não flagrantes, não detectáveis ao primeiro golpe de vista.

Fundamental, Senhor Professor, é fazer toda a gente consciente de que um cego é tão normal, tão válido, que «vê» televisão, lê, trabalha, cuida da família. Tornar cientes as próprias crianças de que um deficiente pode ser um homem escoreito, um militar, por exemplo, perfeitamente apto a ombrear, em quase tudo, com os demais.

Importante, Senhor Professor, é constatar, tornando público e notório, que a maioria dos deficientes não tem acesso à assistência médica, medicamentosa e hospitalar, não tem casa nem trabalho, não pode praticar desporto, isto é, não se lhe aplicam direitos expressamente consignados na Constituição da República...

Ainda bem que o Pedro, um mártir do desporto, apresentado pelo Senhor Professor, e muito bem, como modelo, tem uma energia psíquica e física que o capacitam para reagir com tencidade, estudo, cultura física e trabalho, até se tornar em exemplo não simplesmente de que o desporto também produz deficientes, mas de virtudes humanas, de perseverança, dignas de imitação por qualquer Homem seja ou não deficiente.

Melhor ainda que, finalmente, o Pedro tenha, muito merecidamente, obtido o posto de trabalho condigno que lhe era devido. Mas, nada de ilusões, os deficientes pobres, incultos, desempregados e sem assistência, são a larga maioria...

Com características muito definidas, carências e aspirações decorrentes de incapacidade adquirida em condições decorrentes da prestação do Serviço Militar, os Deficientes das Forças Armadas têm direitos, alguns sistematicamente negados, travam uma luta impar em todo o mundo, uma batalha com grandes conquistas, de entre as quais não é menor a aceitação, por militares e civis, da generalidade de quanto reivindicam.

Só no âmbito do desporto tem a ADFA desenvolvido labor que daria matéria para um belíssimo programa televisivo, revelando o que já se pratica e ainda o que será feito, muito em breve, conquanto se considera não haver impossíveis para empreendimentos colectivos deste jeito.

Entre nós, Senhor Prof. Noronha Feio, existem grandes valores abandonados, com provas dadas e obra patente!

Venha visitar-nos.

Somos muitos, muitos... e estamos aqui!

**António Emilia Santa Rita**  
sócio n.º 3042

## DIRECÇÃO-GERAL DE DESPORTOS OFERECE EQUIPAMENTO A ADFA

Na sequência de diligências efectuadas junto da Direcção Geral de Desportos no sentido deste organismo prestar apoio técnico e material à ADFA, no âmbito das iniciativas desportivas desta, aquela Direcção Geral ofereceu à Associação 30 tabuleiros de xadrez completos, um par de botas de voleibol e 3 bolas de voleibol.

Os tabuleiros de xadrez estão a ser distribuídos por todas as delegações da Associação que assim ficam dotadas de meios para proporcionarem aos associados locais o desenvolvimento da prática deste jogo de salão.

# SENSIBILIZAÇÃO DO PODER SINDICAL À SEGURANÇA NO TRABALHO

Em Maio passado, teve lugar na sede do Sindicato dos Ferroviários do Norte uma exposição fotográfica sobre as condições de vida e de trabalho dos mineiros do Sul.

O certame inseria-se numa campanha nacional promovida pela CGTP-Intersindical para consciencialização sobre os problemas da Segurança e Higiene no Trabalho.

Oportuna iniciativa esta!

Já que durante os 4 anos e meio da nossa revolução a segurança no trabalho não tem sido lembrada e até porque seria um sector de actividade interessante, dado que as condições de trabalho, que se vivem em Portugal, se encontram a distância abissal do nível de segurança de outros países.

A questão podia pôr-se, se tendo os acidentes de trabalho como causas, a prática de actos perigosos pelo agente e/ou a existência de condições perigosas de trabalho, não será mais eficaz eliminar tais condições de perigo que promover campanhas de sensibilização?

Pensamos, como a corrente dominante, que as acções de fundo se devem traduzir na eliminação das condições de trabalho em perigo, mas julgamos não poder deixar de acompanhar tais medidas com uma acção permanente de sensibilização ao trabalho em condições de segurança.

Estamos numa encruzilhada como houve com a poluição!

Recorde-se como rios de tinta têm corrido num alerta aos perigos da poluição! E, no entanto, ninguém procurava modificar o curso dos acontecimentos,

justificando ser o preço do desenvolvimento industrial, ou desenvolvimento industrial com poluição; ou aceitáveis condições ecológicas com subdesenvolvimento.

Porém, encontra-se ultrapassada essa época.

E, à medida que os poderes se vão diversificando, não faltam intervenções, do poder sindical e de outros, sob todas as formas de pressão, sendo hoje consenso universal que a tecnologia que promove o desenvolvimento industrial há-de simultaneamente conter a poluição.

Assim julgamos que acontecerá com a Segurança no Trabalho.

Temos «pregado no deserto!» Mas, abre-se um caminho!

Agora, são os sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores, voltando-se para aquilo que lhes é mais caro: a sua segurança nos postos de trabalho.

Repare-se como estão marcados os trabalhadores portugueses pelas más condições de trabalho!

Será que os escriturários usam óculos porque nasceram com falta de vista? Ou porque nos seus postos de trabalho, não tendo luz natural ou intensidade luminosa suficiente, arruinaram a vista prematuramente?

Os caldeireiros e bate-chapas estão surdos, por deficiência natural ou por não lhes ser fornecido o equipamento de protecção individual adequado e não dispõem de postos de trabalho satisfazendo o mínimo das condições de Ergonomia?

E que dizer dos mineiros?! Qual o mineiro que não «vive» sob a ameaça da silicose?

De referir que a iniciativa sindical até foi feliz na apresentação da actividade dos Mineiros do Sul na sede dos Ferroviários do Norte, pois estes bem sabem que as suas condições de trabalho não são menos duras que as daqueles que lhe são apresentadas.

E não serão os trabalhadores mais sensíveis às intervenções sindicais deste tipo do que às reivindicações de aumentos salariais, depressa absorvidos pela inflação?

Parece ter chegado a altura de reflectir sobre o conceito de Revolução!

Não será uma revolução diferente do «putsch» que porventura lhe tenha dado origem ou que surja no percurso; mas antes o desenrolar de acontecimentos ao longo do tempo, que pode durar dois séculos como a Francesa e que triunfará se conduzir a uma mudança de mentalidade?

Ainda não há muito se ouviu responder à notícia de que mais um trabalhador havia morrido em consequência de acidente de trabalho nos precisos termos: «Isso custa um balde de cal e um ramo de flores.»

Pois o poder sindical abriu largas perspectivas na defesa dos interesses dos trabalhadores tomando a iniciativa desta campanha Nacional de consciencialização aos problemas da Segurança e Higiene no Trabalho!

E não valerá a pena ao poder legislativo debruçar-se sobre o inconveniente, ou não, em se atirar para o poder judi-

cial todos os processos por acidentes de trabalho e dar prioridade à legislação sobre segurança no trabalho, por forma a garantir condições de segurança idênticas às dos restantes trabalhadores dos países desenvolvidos? É que nesses países apenas vão a julgo os processos dos acidentes de trabalho onde não há conciliação entre a entidade patronal e o trabalhador.

Se assim se entender, fica ao Executivo o encargo de velar que sejam, no terreno, criadas e mantidas condições de segurança no trabalho; sendo de desejar que o poder judicial decida com oportunidade as questões sobre acidentes de trabalho; e que o poder informativo se coloque mais ao serviço dos trabalhadores, definindo uma política de informação que abranja a defesa da Segurança no Trabalho.

Cremos e esperamos que havemos de ficar «sintonizados» no interesse pela Segurança no Trabalho.

Não mais «pregaremos no deserto», assim esperamos.

E então poder-se-á passar do processo de intenções para a arrancada na eliminação das condições perigosas de trabalho e evitar a prática de acções perigosas.

Quem se atreverá a aferir a perda de uma vida ao serviço do País, por um balde de cal e um ramo de flores?! Pelo menos por falta de coragem para enfrentar a corrente de opinião!

E aí temos uma excelente conquista da Revolução!

**UMA MUDANÇA DE MENTALIDADE!**  
MILHO FERRO sócio n.º 4908

# PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESETA A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTA CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR. PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

## Angústia

Está muito escuro  
Começa a chover  
Os relâmpagos  
Fulminam a picada  
Que os arvorados em libertadores  
Nos mandaram vigiar  
E atirar  
Sobre quem aparecer.

Mosquitos enraivecidos  
Torturam-nos  
Sugam sangue  
Injectam fúria  
Martirizam-nos  
Com o seu zunir  
Martelado  
Agressivo.

É tão cortante  
O silêncio como o frio  
E os rapazes semi-adormecidos  
Deixaram-se enrolar na terra  
Tragando  
Angústia e vazio.

ABEL FORTUNA

## Vi assassinar

Vi homens com armas  
Dedos no gatilho  
Granadas descavilhadas  
E tu no alvo das suas miradas

Vi-te saltar  
Vi-te correr  
Vi-te sorrir  
Vi-te cantar  
Senti-te viver

Vi homens  
Vi armas  
Contra ti apontadas  
E gritaste  
De goelas escancaradas

Vi um gatilho premir-se  
E duas balas assassinas  
O teu corpo atravessar.  
ABEL FORTUNA

## Guerra colonial

Guerra colonial;  
injusta guerra.  
Monstro faminto  
que os bons filhos  
tombaste por terra.  
Guerra entre irmão...  
Guerra sem inimigos.  
Guerra do capital,  
do imperialismo  
dos donos de Portugal.  
Guerra cruel.  
Guerra suicida.  
Guerra da exploração  
onde os jovens portugueses  
foram carne p'ra canhão.  
Amigos,  
Homens, mutilados, feridos  
vítimas da exploração.  
Temos de estar bem unidos  
e dizer a toda a gente  
Não queremos nem mais um morto,  
nem um só deficiente;  
mais guerras coloniais.  
Não.

SÁ FLORES

## Morrer sem viver

Desce vagaroso, a mal empedrada rua  
segura a velha bengala, a não fraca e nua.  
Calça remendada, camisa rota,  
num pé um sapato, no outro uma bota.  
Uma suja boina, achada na fixeira  
um naco de pão esmolado, na algibeira  
Vai adormecer num banco do jardim,  
ali passa horas num sono sem fim.  
Corpo cansado, noite mal passada,  
enrolado no chão, no vão de uma escada.  
A um canto da boca mais que chupada,  
uma ponta de cigarro do chão apanhada.  
Olhos encovados, barba por fazer,  
olha para o sol, hora de almoço, sem o ter.  
Na sopa dos pobres já não tem lugar,  
é à porta de um café, se lhe querem dar,  
Mineiro muitos anos, trabalho em suma,  
hoje aos caídos sem reforma alguma,  
O peito palpita, a saúde é pouca,  
e não ter quem o olhe amarga na boca.  
A família era pequena e já nem existe,  
só ele, invencível aos anos, resiste.  
Diz: que nas franças pisou terra,  
catorze a dezoito, quando da guerra.  
Trazia no peito uma linda medalha,  
vendeu-a um dia para comprar a mortalha.  
Um lençol branco que não quer sujar,  
para o dia da morte nele se enrolar.  
Diz: que foi um dia a uma casa do Povo,  
viu lá muito gente de fatinho novo.  
veio junto ao «guichet» um todo «emproado»  
que lhe falou nestes termos: «o que queres mal  
[lavado].»

Lágrimas nos olhos, respirava amargura  
queria ajuda, no alimento e na cura.  
Que fosse amanhã foi o que lhe disseram,  
despediu-se de todos, nem a salvação lhe deram.  
saiu porta fora, uma vez mais derrotado,  
pela forma cruel como fora tratado.  
Dormiu ao relento, ali no passeio  
e pela madrugada a derradeira hora veio.  
No tal lençol alguns o enrolaram  
e para uma «estranha mina» o enviaram.  
Como tantos, este homem morreu,  
existiu, mas não viveu.

ARMÉNIO TRAITOLAS

Por lapso da redacção publicámos no penúltimo número do «Elo» o poema do nosso camarada Sá Flores, intitulado «Guerra Colonial», subscrito por outro nome que não o do seu autor. Do facto aqui pedimos desculpa ao Sá Flores, publicando novamente o poema.

# A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE NO TRABALHO

Desejamos hoje levar os nossos associados a reflectir sobre uma área da nossa acção, que achamos muito importante e que terá certamente já constituído tema de análise e discussão de muitos, tão directamente se encontra relacionado com o nosso dia a dia. Trata-se da problemática do emprego.

É um assunto muito vasto e complexo, com profundas implicações psico-sociais, que justifica bem a nossa atenção. Não temos pretensões de sermos exaustivos na sua abordagem, mas tão somente referir aqui apenas aspectos específicos da questão.

Se o cidadão normal sente dificuldades na sua integração no mundo do trabalho, essas dificuldades multiplicam-se quando se trata de um deficiente. E agravam-se por dois motivos essenciais. Primeiro porque a sociedade tem tendência a segregá-lo, marginalizando-o no seu seio. Segundo porque na generalidade dos casos o deficiente não se encontra consciencializado das suas capacidades e das suas limitações, exorbitando ou retraindo-se no seu empenhamento por uma justa reintegração social.

São essencialmente estes dois factores que estão na base de muitas frustrações sentidas no seio dos deficientes.

Os contactos que temos tido com as empresas privadas, organismos públicos e com os nossos próprios sócios têm-nos permitido detectar situações que gostaríamos de expor à apreciação dos nossos leitores.

Em primeiro lugar abordaremos a questão das relações de trabalho.

Alguns associados tem feito chegar até nós, por carta ou mesmo pessoalmente, a sua preocupação pelas dificuldades e obstáculos que se erguem nos seus locais de trabalho. Não são dificuldades de natureza física ou profissional, pois de um modo geral todos se adaptam com maior ou menor esforço. O grave é que residem fundamentalmente nas relações humanas, resultantes da sua actividade. Muitas vezes as razões desta situação residem, na generalidade dos casos, no pressuposto errado de que o D.F.A. possuindo já uma reforma, não lhe assiste o direito de ocupar um posto de trabalho remunerado.

Este fenómeno de rejeição, muito comum a nível dos estratos sociais culturalmente menos evoluídos, expressa de forma clara um aspecto de segregação social de que o D.F.A. é frequentemente vítima. Num ambiente de conflito social não é possível a sua realização, pelo aproveitamento das suas capacidades e potencialidades, já que provoca um desequilíbrio psicológico que o inibe e o conduz à frustração.

Outro aspecto que gostaria de levantar relaciona-se com a «prioridade na nomeação para cargos públicos ou para cargos de empresas com participação maioritária do Estado em igualdade de con-

dições com outros candidatos» conforme refere o decreto-lei 43/76 de 20 de Janeiro.

O articulado deste artigo encerra em si um princípio que se fosse levado à prática resolveria muitos dos problemas dos nossos associados. Contudo não houve vontade política de o regulamentar deixando-se ao critério, sempre muito subjectivo, de quem decide a sua interpretação.

Isto é esvaziá-lo de conteúdo, sabendo como muitas vezes na decisão dos responsáveis pesa o factor rentabilidade.

Finalmente queremos pôr a questão da pensão de invalidez e os seus efeitos sobre o deficiente no campo do trabalho. E é muito simples a pergunta que gostaríamos de pôr.

Constituirá essa pensão uma motivação ou uma desmotivação para o trabalho?

Deixemos pois que os nossos associados analisem os seus efeitos e tirem as suas conclusões.

A Secção de Reabilitação Profissional

## A REABILITAÇÃO DOS DEFICIENTES PASSA PELA REABILITAÇÃO DA SOCIEDADE

## FESTA DE NATAL NA DELEGAÇÃO DE ÉVORA

A Delegação de Évora, sede da Zona Sul, à semelhança dos últimos anos, vai organizar este ano uma festa de Natal dedicada, como sucede nos outras delegações da Associação, especialmente às crianças filhos dos sócios.

A festa de Natal da delegação de Évora realiza-se no dia 16 de Dezembro pelas 14 horas nas instalações da delegação e contará com um rancho folclórico (danças e cantares do Alentejo), um conjunto musical e diversos artistas, teatro infantil, provas desportivas para crianças e distribuição de lembranças aos filhos dos sócios.

Os sócios interessados devem entrar em contacto com a delegação, indicando o número de pessoas adultas e o número de crianças, bem como a idade e sexo destas.

No próximo número do «Elo» serão apresentados mais pormenores sobre a festa de Natal, para os quais desde já se chama a atenção dos associados da Zona Sul.

## PROGRESSO DA CIRURGIA

### REIMPLANTAÇÃO DE MEMBROS É FEITA COM SUCESSO EM ALGUNS PAÍSES

Teve lugar recentemente, no hospital «Thomas Jefferson», em Filadélfia, nos Estados Unidos, uma operação microcirúrgica de reimplantação de uma mão numa criança de três anos, vítima de acidente. Durante a operação, que durou treze horas, os cirurgiões ligaram, sob microscópio, com um fio invisível a olho nu, os nervos, ligamentos, as artérias e os vasos sanguíneos lesionados.

A operação foi levada a cabo com sucesso e a criança encontra-se bem.

Segundo a fonte onde recolhemos esta notícia, desconhece-se, ainda, qual a mobilidade da mão.

Esta operação é considerada como uma das mais difíceis intervenções cirúrgicas. Trata-se de uma intervenção complicada, pois que se tem que ligar vasos extremamente finos, invisíveis a olho nu, só podendo ser realizada ao microscópio.

Entretanto há países onde a microcirurgia ultrapassou já a fase experimental, como, por exemplo, na União Soviética e na Polónia, em que é praticada com êxito.

Em 1974 um professor soviético fez várias operações de reimplantação de dedos e levou a cabo, com êxito, três operações de reimplantação de mãos.

O sucesso alcançado com a reimplantação de membros pode ser meio caminho percorrido para a transplantação, faltando apenas, como é sabido, vencer a barreira da rejeição.

Mas também o problema da rejeição, por seu turno, parece estar em vias de solução, senão repare-se nas transplantações de órgãos internos, efectuadas com êxito já em muitos casos, e a transplantação de córneas efectuada correntemente e com sucesso na Clínica Barraquer em Barcelona.

Interessa, contudo, não encarar com demasiado optimismo a possibilidade de transplantação de membros, já que se podem alimentar ilusões inoportunas bem desgarradas da realidade que vivemos no dia a dia.

Além do mais não pretendemos assustar a indústria protésica!

## FESTA DE NATAL NA SEDE (LISBOA)

Vai realizar-se este ano, à semelhança dos anos anteriores, a Festa de Natal da sede, dedicada às crianças filhos dos sócios da Zona de Lisboa, na tarde do dia 16 de Dezembro. Embora o local ainda não esteja definido, realizar-se-á, em princípio, nas instalações do Lar Militar, no Lumiar, à semelhança dos anos anteriores. No próximo número do «Elo» será confirmado o local, assim como será apresentado em detalhe o programa. Para já pode-se adiantar que a festa constará de um espectáculo próprio para crianças, com canções, palhaços e variedades e a habitual distribuição de lembranças pelos mais pequenos, sem faltarem, como é lógico, os balões.

A fim de evitar a desordenação que se verificou no último ano na distribuição das lembranças, este ano os sócios deverão fazer a inscrição prévia dos seus filhos.

Assim, para efeitos de inscrição, os sócios da Zona de Lisboa devem dirigir-se à sede da Associação, por carta ou pessoalmente (à recepção), indicando o número de filhos, idade e sexo.

É de todo interesse que os associados interessados em participar na Festa de Natal façam a sua inscrição com antecedência, terminando o prazo da mesma no dia 8 de Dezembro.

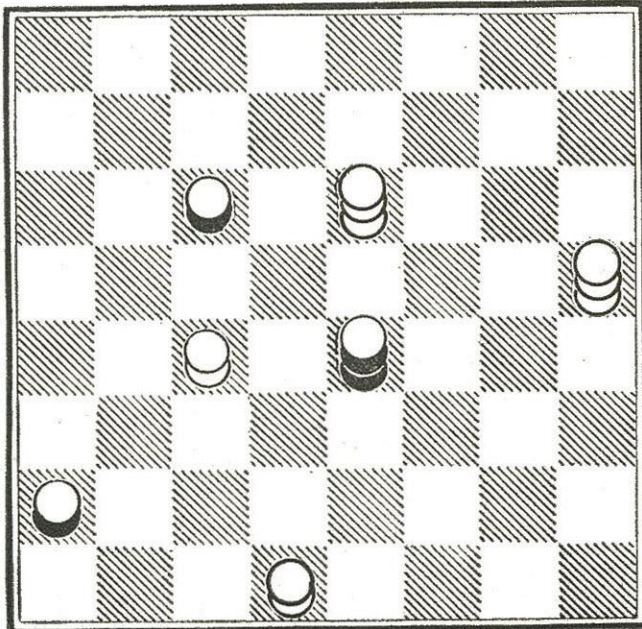
### «DIÁRIO POPULAR» VAI PUBLICAR REPORTAGEM SOBRE A ADFA

Um jornalista do «Diário Popular» está a trabalhar na preparação de uma importante reportagem sobre a ADFA e os deficientes das Forças Armadas a publicar por aquele vespertino nos primeiros dias de Novembro. Além de uma entrevista concedida por elementos da Direcção Central, a referida reportagem incluirá entrevistas de deficientes sobre a sua situação, em que se incluem sócios da sede e de algumas delegações da Associação, bem como apresentação das várias actividades da Associação da sede e também de algumas delegações.

## JOGO DAS DAMAS DIRECÇÃO CENTRAL RECEBIDA NO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

Proseguimos a apresentação de uma série de problemas sobre o jogo das damas, da autoria do sócio Manuel Teixeira da Costa que assim, com o seu contributo, proporciona aos leitores a oportunidade de se exercitarem no jogo das damas tentando resolver estes problemas.

PROBLEMA N.º 3



(As brancas jogam e ganham).  
Ver solução na pág. 11.

## DIRECÇÃO CENTRAL RECEBIDA NO ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

A Direcção Central solicitou recentemente audiências aos chefes dos três ramos das Forças Armadas a fim de tratar de assuntos relativos à alteração do Decreto-Lei n.º 43/76, cujo projecto está a ser elaborado pelo Ministério da Defesa Nacional.

Como noticiámos no último número do «Elo», o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso, recebeu a Direcção da Associação, tendo revelado a melhor compreensão e boa vontade para a resolução das questões apresentadas.

No dia 25 de Setembro foi a vez do Estado-Maior da Força Aérea receber a Direcção da ADFA. Na impossibilidade de o Chefe de Estado-Maior, general Lemos Ferreira, receber os dirigentes da Associação, por se encontrar ausente no estrangeiro, foram estes recebidos pelo seu chefe de Gabinete, brigadeiro Moura de Carvalho, que prometeu transmitir ao Chefe de Estado-Maior as preocupações da Associação.

**OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO**

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

# ENCONTRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ADFA

(Continuação da 1.ª pág.)

tuação dos deficientes nos Açores, jornal «Elo», participação associativa e dinamização cultural e desportiva, relações da ADFA com o Secretariado Nacional de Reabilitação e deficientes civis.

No início dos trabalhos um membro da Direcção Central salientou que o encontro pretendia ser, antes de mais, um pretexto para que os sócios que, presentemente, têm responsabilidades na Associação a nível de órgãos sociais, pudessem conhecer-se directamente, trocar informações e esclarecimentos e analisassem alguns dos problemas mais prementes que se colocam presentemente à ADFA no seu conjunto.

Entre os vários pontos tratados, alguns houve que mereceram uma maior análise por parte dos elementos presentes, enquanto outros se limitaram a ser tratados apenas sob a forma de exposição, situando-se no primeiro caso o ponto sobre o Secretariado Nacional, o qual foi tratado com profundidade pelos elementos dos órgãos da Zona Norte, salientando a sua inoperacionalidade, a qual provoca em cadeia um pior funcionamento dos órgãos executivos. Além disso foi ainda apreciado o papel que a mesa do Secretariado desempenha, tendo sido expressa a opinião que a fórmula actual não será a mais correcta, sendo antes aconselhável que a mesa fosse eleita entre os próprios membros do Secretariado.

Igualmente foi assinalado que a representação das zonas no Secretariado não será a mais correcta, já que a Zona de Lisboa é privilegiada.

Foi no entanto reconhecido que a alteração da composição daquele órgão implica uma alteração dos próprios estatutos da Associação, o que, aliás, pode acontecer, se se achar oportuno, pela Assembleia Geral Nacional.

Ainda relativamente ao Secretariado Nacional foi opinião unânime que as suas reuniões devem ser previamente preparadas, o que pressupõe um maior contacto entre os órgãos executivos das zonas.

Relativamente aos Estatutos foi feita uma análise da sua estrutura e dos objectivos neles contidos, tendo-se assinalado que não têm sido suficientemente cumpridos, quer no que respeita ao desenvolvimento estrutural e orgânico da Associação neles previsto, quer no que respeita a consecução dos objectivos previstos. Referiu-se, no entanto, que isso tem uma justificação, já que os Estatutos encerram um projecto muito ambicioso que prevê uma ADFA muito maior e mais desenvolvida do que a Associação que temos no estádio actual.

Foi, aliás, dentro das insuficiências que se verificam no cumprimento dos Estatutos que decorreu a análise dos Conselhos Fiscais. Aqui verificou-se que alguns Conselhos Fiscais, nomeadamen-

te da Zona Centro e Zona Sul, mas sobretudo da primeira, não têm cumprido de acordo com as funções expressas nos Estatutos. Reconheceu-se, entretanto, que os próprios Estatutos prevêem soluções de recurso para situações destas, nomeadamente através da intervenção do Conselho Fiscal Central.

Estes foram os pontos que suscitaram uma mais profunda análise e um maior número de intervenções. Quanto aos restantes, os relativos à vida interna da Associação foram analisados na perspectiva e sequência daqueles, os que dizem respeito à ligação da Associação com o exterior foram objecto de explanação demorada por elementos da Direcção Central. Estão neste último caso a legislação militar e CMRA e relação da ADFA com o Secretariado Nacional de Reabilitação e deficientes civis.

Quanto à CMRA foi assinalado que aquele órgão não tem actuado com a operacionalidade devida, mas que o papel da Associação, através do seu delegado, tem sido fundamental, tanto no tratamento de várias questões concretas como no maior dinamismo que já se conseguiu imprimir àquele órgão. Aqui foram focadas as relações da Associação não só com a CMRA mas com o próprio Ministério da Defesa Nacional, que são as melhores, o que tem permitido a criação de condições para a resolução favorável dos problemas dos deficientes.

Quanto ao Secretariado Nacional de Reabilitação lamentou-se que aquele organismo ainda não esteja a funcionar em pleno, o que está a provocar o desfalecimento de muitas esperanças legitimamente levantadas aquando da sua criação. Relativamente às relações da ADFA com os deficientes civis foi realçada a necessidade de se encontrar formas de organização que permitam unir forças e conjugar esforços a fim de utilizar devidamente as capacidades reivindicativas dos deficientes capazes de provocar as condições minimamente exigidas para que a questão da reabilitação e integração social passe a ser encarada com a dimensão nacional que de facto tem.

Reservámos para o fim a alusão ao ponto sobre o «Elo». A questão da função do jornal e da sua feitura foi devidamente tratada, tendo-se assinalado a melhoria que se vem notando ultimamente, mas assinalou-se também a fraca participação dos sócios e dos próprios órgãos sociais na sua feitura e aproveitou-se para responsabilizar os presentes no sentido de passarem a participar mais activamente com trabalhos e artigos. Refira-se, a propósito, que se notam já os resultados positivos, pois para este número foi já enviado mais material pelos órgãos sociais e mesmo por sócios individualmente.

Ainda quanto ao «Elo» foi transmitido que alguns sócios entendem que o jornal deveria ser escrito numa linguagem mais simples e acessível. Trata-se de uma questão muito pertinente e de uma preocupação muito compreensível à qual, aliás, desde sempre nos esforçamos por corresponder, pois compreendemos as dificuldades que a maioria dos sócios, cuja instrução não ultrapassou a 4.ª classe, têm para compreender uma linguagem mais arresvadada. A comprovar essa preocupação, a mesma pessoa que escreve estas linhas escreveu, em Novembro de 1974, no primeiro número do «Elo», a «NOTA DE ABERTURA», cujo conteúdo demonstra bem essa preocupação e que aqui transcrevemos.

«O jornal dos deficientes das Forças Armadas exprimir-se-á, por norma e por imperativo, na linguagem simples, mesmo rude, mas clara, que os deficientes, na sua quase totalidade soldados, sabem utilizar e entendem.

Escrito por nós e para nós, poderá ser lido, e assim compreendido, pelas nossas famílias, como nós simples e mergulhados nos nossos problemas, assim como por todo o povo que sofreu com as guerras coloniais e entende também a nossa linguagem.

Se existir alguma filosofia nos nossos artigos, ela não será fruto de uma procura rebuscada em gabinete fechado, será antes fruto espontâneo das nossas vivências e da nossa experiência. Transmitiremos, sem nada evitar ou esconder, tudo o que vivemos e sentimos, trazendo ao conhecimento de todos o que tão escondido andava. Para além da necessidade, força-nos também o dever de transmitir e denunciar, quando for o caso, tudo o que diz respeito às mazes da guerra e à sua cura.

Este será o nosso simples contributo para a reconstrução de Portugal novo e justo que o verdadeiro povo português deseja.»



Alguns elementos dos órgãos sociais presentes (Foto Farinha Lopes)

## CERCI

### UMA ESPERANÇA DAS CRIANÇAS DEFICIENTES

As CERCI, Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, vêm surgindo cada vez em maior número, garantindo assim uma cada vez maior cobertura do território nacional com um efectivo apoio às crianças deficientes que existem no País.

Segundo dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura em Portugal o número de crianças inadaptadas ultrapassa os 300 000, o que dá bem a ideia da necessidade imperiosa de tomar medidas de protecção a estas crianças, através da criação de estruturas e serviços capazes de lhes facultar uma reabilitação e preparação indispensáveis para se realizarem no seio da sociedade tal como os cidadãos que não nasceram deficientes.

A esta necessidade nunca corresponderam os governos e os departamentos governamentais, tendo as CERCI, através da iniciativa das populações, tomado o seu lugar e obtido resultados francamente positivos.

É dentro dessa iniciativa das populações que acaba de ser criada mais uma cooperativa da cadeia das CERCI, a CERCIBEJA, que se propõe atingir os seguintes objectivos:

— Promover a recuperação das crianças deficientes e a adaptação destas e da família e a sua reintegração na sociedade, tanto quanto possível.

— Criar, nos locais apropriados, todas as infraestruturas necessárias àqueles fins, designadamente escolas.

— Promover todos os esforços no sentido de dinamizar os pais e os interessados a prestar e a aceitar colaboração activa a todas as pessoas singulares e colectivas que visem fins idênticos aos da Cooperativa, através de todos os meios de informação disponíveis.

— Preparar a integração das crianças nos estabelecimentos de ensino normal quando possível.

LÊ  
DIVULGA  
ASSINA

## JUDO

Conforme já noticiado anteriormente, a ADFA está a envidar esforços no sentido de obter da Direcção Geral de Desportos apoio material e técnico para a criação de um núcleo de judo na Associação.

A fim de se avaliar da aceitação desta iniciativa e do interesse dos sócios foram já abertas inscrições na secção de desportos da sede (Lisboa).

É já significativo, o número de sócios inscritos, no entanto necessita-se de ter uma ideia exacta do número de sócios que efectivamente estão interessados no judo, pelo que todos os que pretendam praticar esta modalidade, deverão fazer a sua inscrição de imediato, para assim a Associação fazer as diligências correctas para a criação desta escola de judo.



A mesa que orientou os trabalhos da reunião (Foto Farinha Lopes)

# NOTÍCIAS DA ZONA NORTE

## REUNIÕES NA DELEGAÇÃO DO PORTO

Desde a sua criação, fins de 1974, a Delegação do Porto tem vindo a realizar, periodicamente, reuniões com os seus associados, no sentido de os esclarecer e fazer participar na vida associativa. Inicialmente tais reuniões realizavam-se com bastante frequência aos sábados à tarde, passando, no ano de 1976, a realizarem-se no primeiro sábado de cada mês, com excepção dos meses de Julho e Agosto, por motivo de férias.

Com o decorrer do tempo foi-se constatando que os associados deixaram de comparecer a estas reuniões, pensando talvez já não terem interesse, uma vez que os seus assuntos se iam resolvendo através dos serviços em funcionamento.

Queremos, no entanto, lembrar-te que não basta veres resolvidos os teus problemas. Os direitos alcançados são permanentemente postos em causa, criando-se entraves na reintegração social e profissional dos Deficientes, levando a situações como: despedimentos por se receber uma pensão, suspensão de pensões, recusas na redução dos bilhetes de combóio, dificuldades na obtenção de emprego e tantas outras.

Tudo isto nos deve incentivar à unidade e participação na vida associativa, pois só assim poderemos ver resolvidos os nossos problemas.

Assim, deverás comparecer às reuniões que continuam a efectuar-se no primeiro sábado de cada mês, pelas 15 horas, na Delegação do Porto.

## VAMOS OFERECER UMA CARRINHA À A.D.F.A. — PORTO

A Delegação do Porto tem vindo a alargar as suas actividades, fazendo-se sentir, cada vez mais, a necessidade de um meio de transporte, quer de pessoas, quer de materiais. O camião que ali se encontra, desde a posse das actuais instalações, vai ser entregue a uma Corporação de Bombeiros por determinação superior.

Assim, em virtude das limitadas disponibilidades, alguns sócios lembraram-se de lançar uma campanha para minorar tais dificuldades, possibilitando a compra de uma carrinha própria para transporte de pessoas e carga.

Cerca de 200 sócios subcreveram já tal iniciativa, compreendendo o espírito associativo que presidiu à mesma.

Muitos outros sócios, por desconhecimento, ainda o não fizeram, estando no en-

*tanto a tempo de o fazerem, ajudando assim a sua Associação a resolver um problema, tal como ela os ajuda a resolver alguns.*

## ABRIU NO PORTO UMA ESCOLA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

A delegação do Porto da Direcção Geral dos Desportos abriu, no passado dia 9 de Outubro, uma Escola de Desporto para Deficientes, correspondendo assim a solicitações já várias vezes expressas.

Esta Escola funciona no Pavilhão Gimno-Desportivo do Clube Infante de Sagres, dentro do seguinte horário: às segundas-feiras, das 10 às 12 horas; às sextas-feiras, das 14 às 16 horas.

Além de várias actividades recreativas, foram escolhidas quatro modalidades de desporto, nomeadamente o basquetebol, o andebol, o atletismo e o badminton.

Os deficientes interessados na frequência desta Escola deverão fazer as suas inscrições no local do seu funcionamento, onde terão de preencher as respectivas fichas.

Pensamos que esta iniciativa irá contribuir para o incremento da prática desportiva por parte dos deficientes, com as vantagens daí advindas.

## DEFICIENTES DE CHAVES MOBILIZAM-SE

O Norte do País foi uma das regiões mais atingidas pelo flagelo da 1.ª Grande Guerra e guerras coloniais, tendo visto muitos dos seus homens regressarem defi-

cientados, ou as suas vidas ceifadas pela morte.

Dentro deste contexto surge Trás-os-Montes, cujos deficientes, por se tratar de uma região essencialmente agrícola, têm grande dificuldade em voltar a exercer as suas anteriores actividades, pelo que se impõe uma reabilitação adequada.

Por isso, deficientes de Chaves e concelhos limítrofes mobilizaram-se com vista à criação, naquela cidade, de um núcleo da ADFA capaz de prestar um apoio directo e efectivo, contribuindo assim para superar as carências de toda a ordem daquela zona.

Para além da dificuldade na obtenção de instalações capazes, há ainda a referir o facto de a ADFA, neste momento, estar bastante sobrecarregada com a manutenção das estruturas já existentes, pelo que a instalação do núcleo terá de ser devidamente estudada por forma a não agravar a situação orçamental.

Espera-se, no entanto, a superação das dificuldades

encontradas, através do esforço e dinamismo dos Deficientes daquela região.

## DIRECÇÃO CENTRAL DESLOCOU-SE AO PORTO

A Direcção Central da Associação deslocou-se no dia 11 de Outubro à delegação do Porto, onde efectuou uma reunião de trabalho com a Direcção da Zona Norte. Esta reunião está inserida num plano de trabalho de intensificação de contactos entre a Direcção Central e as direcções de Zona, que visa uma análise profunda dos problemas da Associação, a fim de se poderem encontrar as melhores soluções. Esta fase de contactos intensivos foi programada de molde a ter início em Outubro, aliás desencadeada com a reunião de todos os órgãos sociais da Associação que teve lugar nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro.

Nos primeiros dias de Novembro a Direcção Central deslocou-se à Évora, Viseu, Porto e Setúbal, para reuniões de trabalho, integradas neste programa.

## FESTA DE NATAL NA DELEGAÇÃO DO PORTO

A semelhança dos anos anteriores, a Delegação do Porto vai levar a efeito uma Festa de Natal, que servindo de convívio aos associados desta Zona, se destina sobretudo aos filhos destes.

Esta festa realizar-se-á no dia 8 de Dezembro no Liceu Rodrigues de Freitas.

Os associados interessados em participar, devem contactar a Delegação do Porto, até ao dia 25 de Novembro, indicando o número de pessoas adultas, o número de crianças, indicando o sexo e idade destas.

## ADMISSÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS NO SECTOR PÚBLICO

### ESTABELECIDO A PRIORIDADE PARA A ADMISSÃO DO PESSOAL AUXILIAR DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

O Decreto-Lei n.º 43/76 estabelece no art.º 14.º, que «os deficientes das Forças Armadas têm preferência, em igualdade de condições com outros candidatos, no provimento em quaisquer lugares do Estado, dos institutos públicos, incluindo os organismos de coordenação económica, das autarquias locais, das instituições de previdência social, das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e das empresas com participação financeira maioritária do Estado».

Não obstante estar definido inequivocamente que os deficientes das Forças Armadas têm prioridade no provimento destes lugares, a verdade é que na prática tem-se verificado uma grande dificuldade em aplicar o estabelecido na lei.

Embora invocando o Decreto-Lei n.º 43/76, os ser-

## DESPACHO NORMATIVO DA LEI N.º 11/78 VAI SER SUBSTITUÍDO

O Despacho Normativo n.º 208/76, que regula a aplicação da Lei n.º 11/78 vai ser substituído.

Estão a decorrer trabalhos no âmbito do Ministério das Finanças, em que participam representantes do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério dos Assuntos Sociais, cujos Ministros assinaram o referido despacho, e ainda representantes do Secretariado Nacional de Reabilitação, a fim de se elaborar um novo despacho que permita a aplicação da lei.

A questão controversa situa-se na isenção de impostos na compra de automóveis. Enquanto a lei refere que os deficientes com incapacidade igual ou superior a 60% beneficiam desse direito, o Despacho Normativo limita a lei, referindo que as incapacidades abrangidas pela lei são as devidas a deficiências motoras.

A substituição do Despacho n.º 208/76, cujos trabalhos estão em curso, foi desencadeado pelo Ministério da Defesa Nacional, na sequência de tomadas de posição da ADFA, do Secretariado Nacional de Reabilitação e de outras Associações de deficientes.

No sentido de se tentar encontrar a fórmula mais adequada de aplicar a lei, o Secretariado Nacional de Reabilitação convocou a ADFA, a APD e outras Associações de deficientes para ouvir a posição dos próprios deficientes, tendo sido já realizada uma reunião no dia 25 de Outubro.

Entretanto muitos deficientes vêem as suas expectativas adiadas, já que tinham as suas previsões feitas para a aquisição de viatura e, sem a regulamentação da lei, não o podem fazer.

Este mais um caso, de entre tantos outros, que ilustra bem a incapacidade de adaptação dos serviços oficiais e departamentos governamentais às questões que dizem respeito aos deficientes. Mas não só, também se nota a falta de vontade em ouvir os próprios deficientes, pois se estes tivessem sido ouvidos, neste caso e em muitos outros, as soluções poderiam ser encontradas de uma forma mais correcta e mais rapidamente.

Interessa referir que, entretanto, a aplicação do Decreto-lei n.º 43/76, para os deficientes das Forças Armadas, no que respeita à compra de viatura, em nada está a ser afectada por este impasse.

## DESPACHO NORMATIVO SOBRE A LEI N.º 11/78

Por lapso, referimos no último número do «Elo», a propósito do Despacho Normativo sobre a Lei n.º 11/78, que esta lei determina isenções fiscais para os deficientes com percentagem de incapacidade igual ou inferior a 60%. O lapso situa-se na palavra inferior, pois trata-se, efectivamente, de deficientes com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60%.

Aqui fica, pois, a rectificação do lapso cometido.

## A ADFA TAMBÉM FAZ SEGUROS

No intuito de prestar mais um serviço aos seus associados, a ADFA criou uma secção onde se encarrega de tratar de todos os assuntos relacionados com seguros.

Acidentes de trabalho ou automóvel, de incêndio ou roubo, entre outros, são preocupações constantes que convém prevenir. FAZ OS TEUS SEGUROS NA ADFA — PORTO

viços de colocação da ADFA têm deparado com dificuldades de toda a ordem, as quais provêm, em primeira instância, da não regulamentação daquele decreto nos vários departamentos governamentais a fim de ser aplicado, através de despacho, por exemplo.

Essa ausência de regulamentação permite que os serviços de pessoal invoquem a inexistência de directivas superiores no sentido da aplicação desta cláusula da lei na admissão de novo pessoal.

Há contudo casos em que esta situação se encontra definida, como por exemplo, um despacho do Ministério da Educação e Cultura (Despacho n.º 333/76, publicado no Diário da República de 20 de Novembro de 1976), em que está definida a prioridade de admissão de deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76 (Admissão e nomeação de pessoal auxiliar) para os estabelecimentos de ensino.

Dado que se dá notícia pela primeira vez deste despacho do MEC, chama-se a atenção dos sócios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, que estejam interessados em candidatar-se a lugares de pessoal auxiliar nos estabelecimentos de ensino, que devem invocar este despacho a fim de ser respeitada a prioridade nele definida.

No despacho a que estamos a fazer referência (Despacho n.º 333/76), entre várias situações contempladas, os deficientes das Forças Armadas surgem em 4.ª prioridade, depois dos pedidos de transferência de pessoal que presta serviço noutro estabelecimento dependente do MEC, regentes escolares e candidatos inscritos no quadro geral de adidos.

Interessa ainda referir, para interesse dos sócios que pretendam habilitar-se a estes lugares, que, segundo o despacho, a apresentação de candidatura à admissão e nomeação do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino far-se-á através de boletins normalizados, elaborados e mandados imprimir pela Direcção-Geral de Pessoal e Administração.

# CONDIÇÕES ESPECIAIS NO ENSINO PARA DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Oportunamente publicámos no «Elo» o Despacho n.º 180/76, publicado no Diário da República de 10 de Julho de 1976, do Ministro da Educação e Cultura. Voltamos desta vez a referir-nos a este despacho devido à controvérsia que se tem levantado quanto à sua aplicação. Tem havido estabelecimentos de ensino que simplesmente o não aplicam, enquanto outros têm dúvidas. Perante isto, o Departamento de Educação e Cultura da Associação tem feito várias diligências junto do MEC,

no sentido de que este faça aplicar o despacho, tendo deparado com dúvidas e hesitações por parte de responsáveis daquele Ministério.

Este despacho reveste-se de grande interesse para os deficientes das F. A., pelo que a Associação está a envidar todos os esforços no sentido de conseguir a sua aplicação integral.

Na sequência das diligências efectuadas, foi já obtida a garantia do chefe

da secretaria da Universidade de Lisboa que nas suas Faculdades o despacho será respeitado.

É portanto oportuno referir aqui que os deficientes estudantes da Universidade de Lisboa podem, no acto da matrícula, invocar o referido despacho para beneficiarem das condições especiais nele previstas.

Para melhor compreensão desta questão transcrevemos novamente o Despacho n.º 180/76.

Considerando que muitos militares contraíram durante a prestação do serviço militar doenças ou mutilações que implicaram tratamento demorado e que na prática, os impediu de utilizarem os prazos especiais destinados à prestação de provas de exame:

Determino, com base no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 481, de 11 de Agosto de 1965, e para valer até à reestruturação do ensino para deficientes das Forças Armadas, o seguinte:

1 — Os estudantes dos ensinos básicos e secundário que comprovem doença ou mutilação contraída durante a prestação do serviço militar podem, além das épocas normais de Junho-Julho e de Setembro-Outubro, realizar exames em Janeiro e em Abril.

2 — Os exames referidos no n.º 1 comportam o regime de exames feitos por disciplina, secção ou curso, ainda que para melhoria de classificação.

3 — Os estudantes do ensino superior, nas mesmas condições indicadas no n.º 1, podem, além dos prazos normais, realizar matrículas, inscrições e transferências até ao dia 5 de cada mês, excepto em Agosto, enquanto vigorar o actual regime especial para

alunos que prestaram serviço militar.

4 — Os estudantes do ensino superior, uma vez inscritos, têm direito a admissão a exame, independentemente de frequência, por três vezes, ainda que em anos escolares distintos, podendo, ainda, fazer exames para melhoria de classificação em qualquer altura, no prazo de um ano e por uma só vez.

5 — No caso dos estudantes do ensino superior, não são contados, para efeitos de exclusão, o número de inscrições, os anos sem aproveitamento e as repetições.

23 DE NOVEMBRO

## 4.º ANIVERSÁRIO DO «ELO»

O «Elo» vai completar 4 anos de existência no próximo dia 23 de Novembro. À semelhança do último ano, o aniversário do «Elo» vai ser assinalado com um encontro de confraternização de associados e amigos do jornal num restaurante de Lisboa, onde será assinalado o papel que o órgão de informação da Associação vem desempenhando na difusão dos ideais da ADFA e como «elo de ligação» entre todos os deficientes e ainda entre estes e a população através dos seus assinantes e leitores.

O encontro a realizar, tal como no ano passado, caracterizar-se-á pela simplicidade e intimidade, servindo de oportunidade para, em ambiente de confraternização, os sócios da Associação reflectirem, em conjunto, sobre um dos instrumentos de trabalho fundamental da Associação que é o seu jornal.

As inscrições para o jantar devem ser feitas na sede da Associação em Lisboa, onde serão indicados os pormenores sobre o preço do jantar e local do mesmo (os quais ainda não se encontram definidos neste momento).

## FESTA DE NATAL NA DELEGAÇÃO DE VISEU

Como foi noticiado no n.º 63 do «Elo», vai realizar-se na Delegação de Viseu um convívio de Natal, como já vem sendo habitual desde que existe em Viseu a Delegação da ADFA.

Prometeu-se publicar no número seguinte àquele a que atrás fazemos referência informações mais detalhadas sobre o programa de convívio. Acontece que decorrem ainda contactos no sentido de proporcionar aos sócios presentes uma confraternização alegre e de franca camaradagem. Para isso, precisamos do apoio de todos e demonstrar que os deficientes não estão adormecidos e que a sua unidade e mobilização continuam de pé, defendendo a sua Associação, principalmente nos momentos em que a sua existência é posta em perigo pelas alterações sociais que relegam os deficientes para um canto.

O programa do convívio, como atrás se disse, não está ainda concluído. No entanto, podemos adiantar desde já que, na manhã de 16 de Dezembro, haverá um jogo de futebol de salão, entre duas equipas de deficientes desta Delegação, com inclusão de associados do Posto de Viseu da CODEFA, com início às 9.30 h. Os Camaradas interessados em fazer parte das equipas devem entrar em contacto com esta Delegação até ao dia 9 de Dezembro, bem como indicar se pretendem efectuar treinos. As deslocações são por conta de cada um. Ainda na parte da manhã haverá a projecção de um filme ou outra actividade cultural e recreativa, possivelmente com a presença de palhaços. Também de manhã se fará a distribuição das lembranças pelas crianças.

Para o almoço a ementa é a seguinte: Sopa, bacalhau com todos, vinho e sobremesa. As inscrições para o almoço devem ser efectuadas até ao dia 9 de Dezembro. As inscrições à última hora dependem da avaliação das disponibilidades do momento. O preço da refeição é de 100\$00 por cada pessoa, ficando isentas as crianças até aos 12 anos.

De tarde, para os Associados que desejem ficar haverá mais algumas actividades, que, como já se disse, estão a decorrer contactos para o efeito, dos quais será dado conhecimento através do próximo número do «Elo», ou directamente aos associados.

Os associados que desejem participar no convívio, devem comunicar por carta, telefone ou pessoalmente, até ao dia 9 de Dezembro, indicando se pretendem almoçar e qual o número de pessoas. Como já se referiu, a inscrição para o almoço é até ao dia 9 de Dezembro, podendo o pagamento ser efectuado no dia do convívio, embora seja preferível fazê-lo antes. Os sócios que vêm ao convívio devem indicar ainda, qual o número de filhos, idade e sexo dos mesmos, o mais breve possível.

Os Camaradas interessados em actuar no convívio, devem indicar o instrumento que tocam, ou outra demonstração de arte que possuam, se possível, até ao dia 15 de Novembro.

Para melhor esclarecimento, podem contactar a vossa Delegação em Viseu, por carta ou telefone: 22405.

A Direcção da Delegação  
(Almiro Pais Correia)

## SECRETARIADO NACIONAL REUNIU EM 14 DE OUTUBRO EM LISBOA

No passado dia 14 de Outubro realizou-se mais uma reunião do Secretariado Nacional da Associação.

A reunião realizou-se em Lisboa, na sede da Associação, com a presença de representantes de todas as zonas.

Nesta reunião foi aprovada a distribuição final das verbas pelas delegações, dentro do orçamento da Associação para 1978.

Um ponto analisado, que tinha vindo a constar da ordem de trabalhos de reuniões anteriores, foi o redimensionamento dos serviços e delegações da Associação, sobre o qual foi deliberado encarregar a Direcção Central de, numa primeira fase, efectuar reuniões bilaterais com as várias Direcções de Zona e posteriormente uma reunião conjunta com todas as Zonas, nas quais será elaborado um documento sobre o

assunto a ser presente ao Secretariado para aprovação.

Sobre um outro ponto da ordem de trabalhos — relações entre os trabalhadores e os órgãos sociais — foi decidido que o Secretariado se pronunciará sobre esta questão apenas depois do redimensionamento dos serviços e delegações.

Mas a decisão de maior responsabilidade diz respeito à delegação de Coimbra. Assim, o Secretariado Nacional, com base no inquérito levantado à delegação de Coimbra pelo Conselho Fiscal Central decidiu encerrar temporariamente aquela delegação ao abrigo do art.º 31.º, alínea g) dos Estatutos da Associação, nomeando para continuação do inquérito uma comissão constituída por três elementos. Este inquérito deverá incidir nos seguintes pontos:

— Normalização contabilística e auditoria interna, tendo em vista a detecção de possíveis erros voluntários ou involuntários;

— Análise do funcionamento dos serviços e correcção dos mesmos caso se verifique necessário;

— Ouvir todos os intervenientes no processo nomeadamente órgãos da delegação, trabalhadores e outras pessoas indicadas por estes. Tendo em atenção os problemas dos sócios da delegação, fundamentalmente casos considerados urgentes, será mantida em funcionamento apenas uma secção de atendimento, dependente da Direcção da Zona Centro, que resolverá os casos normais e remeterá para esta os casos que só por si não possa resolver.

Os trabalhadores da Delegação permanecerão nesta durante o horário normal em vigor, a fim de prestar todos os esclarecimentos à Comissão de Inquérito. Os vencimentos dos referidos trabalhadores são processados pelos serviços da Direcção de Zona.

O inquérito final será apresentado em reunião do Secretariado Nacional para decisão, reunião esta que será convocada logo que o inquérito seja entregue à MAGN.

Nesta reunião foi ainda decidido, de acordo com parecer do consultor jurídico da Associação, repor o horário de trabalho dos trabalhadores da sede, já que não foram

cumpridos os trâmites legais na deliberação do Secretariado, de 7/6/78, que alterou o horário anterior. Decidido, contudo, que a uniformização dos vencimentos a fazer pressuporá, obrigatoriamente, a uniformização simultânea do horário de trabalho da Associação a nível nacional.

Como ponto final foi decidido encarregar a MAGN de elaborar uma proposta sobre a organização do congresso, a apresentar na próxima reunião do Secretariado.

## EXPOSIÇÃO DA ADFA NO BARREIRO

A ADFA levou a efeito uma exposição integrada nas festas municipais do Barreiro, de 30 de Setembro a 8 de Outubro, por solicitação da respectiva Câmara Municipal.

Como o «Elo» vem referindo nos últimos números, a ADFA deve ter uma grande exposição sobre a guerra colonial e a reabilitação dos D. F. A. Porém, como ainda se não recolheu material qualitativamente bom e quantitativamente suficiente, organizou-se um pouco à pressa um pequeno tratamento destes temas em 70 quadros.

Esta exposição foi visitada por alguns milhares de pessoas que nos expressaram a sua solidariedade sem margem para dúvidas.

Apesar deste relativo êxito, mais uma vez apelamos aos camaradas sócios da ADFA que possam emprestar material que porventura possa interessar para a grande exposição, o façam, no sentido de pormos de pé mais esta realização que particularmente nos interessa.

### IMPORTANTE

## OS SÓCIOS QUE ESTÃO A FREQUENTAR O ENSINO SUPERIOR DEVEM CONTACTAR COM A ASSOCIAÇÃO

A fim de elaborar um estudo sobre a problemática dos deficientes no ensino superior, o Ministério da Educação e Cultura solicitou à ADFA uma informação sobre o número de alunos deficientes das F. A. que se encontram a frequentar o ensino universitário.

Assim, os sócios que se encontram matriculados no ensino superior devem entrar em contacto com a sede da associação — Departamento de Educação e Cultura, indicando, nome, número de sócio, curso que frequentam e número de cadeiras feitas.

Apela-se para a colaboração dos sócios que se encontram nestas condições, já que se trata de um assunto de interesse para todos os deficientes e, muito especialmente, para a eles próprios.

# DESPORTO NA ADFA

EM 12 DE NOVEMBRO

## DIRECÇÃO GERAL DE DESPORTOS ORGANIZA CONVÍVIO DESPORTIVO ENTRE DEFICIENTES

### • A ADFA ESTARÁ PRESENTE

A Direcção Geral de Desportos vai organizar, nos próximos dias 4 e 5 de Novembro, um convívio desportivo entre deficientes que terá lugar nas instalações do Estádio Nacional e do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão.

Este convívio, organizado pela Direcção Geral de Desportos — Delegação de Lisboa e Sector do Desporto para Deficientes, conta com a colaboração da comissão Cultural do Centro de Medicina de Reabilitação.

Segundo circular que a Direcção Geral de Desportos enviou à ADFA é o seguinte o programa do convívio:

#### Dia 4 — ESTADIO NACIONAL

9.30 horas — Tiro com arco  
10.30 horas — Atletismo  
12.30 horas — Almoço volante  
15.30 horas — Natação

#### Dia 5 — ALCOITAO

9.30 horas — Basquetebol em cadeira de rodas  
10.30 horas — Halterofilia e Ténis de mesa  
12.30 horas — Almoço  
15.00 horas — Tarde de convívio.

As disciplinas de atletismo são as seguintes:

Corridas — 50, 60 e 100 metros  
Lançamentos — peso, disco e dardo  
Saltos — altura e comprimento

Provas de natação:

25 metros — «crawl», costas e bruços  
50 metros — «crawl», costas e bruços  
Gincanas e jogos aquáticos.

O almoço volante do dia 4 de Novembro será oferecido aos participantes e entregue em local assinalado.

O almoço do dia 5 de Novembro é servido no refeitório do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, mediante inscrição e pagamento de 35\$00.

A tarde de convívio terá lugar no auditório do C. M. R.

A ADFA participa neste convívio desportivo com um número de deficientes bastante elevado para as várias modalidades incluídas no programa.

Dada a atenção que no âmbito da ADFA tem vindo a ser dada a algumas das modalidades constantes do programa deste convívio, nomeadamente Tiro ao Arco, Ténis de Mesa e Natação, espera-se que a representação da Associação dê um contributo muito válido para a ilustração do encontro, mostrando assim que os deficientes se encontram já profundamente embrenhados no desporto.

O interesse que este convívio está a despertar entre os sócios é grande, atendendo ao já elevado número de elementos que pretendem participar.

## FUTEBOL DE SALÃO

No passado dia 30 de Setembro realizou-se um jogo de futebol de salão entre a equipa da ADFA (sede) e uma equipa da firma «Custódio Andrade», que teve como resultado um empate de 6 bolas de cada parte.

O jogo foi arbitrado pelo sócio da ADFA Fernando Carvalho.

No âmbito do convívio realizado no passado dia 14 de Outubro, de que damos notícia noutro local deste número, tiveram lugar três jogos de futebol de salão, sendo um entre a equipa da sede da Associação e a equipa da delegação de Évora, outro entre a equipa da sede e a da delegação de Viseu e o último entre as equipas das delegações de Évora e Viseu. No primeiro o resultado foi de 5-0 a favor

da sede, no segundo 3-4 a favor de Viseu e no último 2-3 a favor também de Viseu.

Entretanto, a partir de 25 de Outubro realizam-se regularmente treinos de futebol de salão em Lisboa, sob a orientação de um treinador, sr. António Laranjeira, que se ofereceu para colaborar com a Associação neste domínio. Os treinos passam a efectuar-se todas as 4.ª-feiras das 19.30 às 21 horas no Clube Atlético da Encarnação. O transporte dos jogadores é efectuado a partir da Associação às 19 horas.

A fim de se regularizar o método de transporte os interessados na prática desta modalidade devem dirigir-se à Secção de Desportos.

## AOS SÓCIOS INTERESSADOS EM APRENDER XADREZ

Informa-se todos os sócios interessados em aprender a jogar xadrez ou a praticar esta modalidade que o poderão fazer às segundas-feiras, a partir das 19,15 horas no salão nobre da Associação em Lisboa.

Para este efeito existe à disposição todo o material necessário e conta-se com o apoio de um xadrezista de mérito, que se ofereceu para colaborar com a Associação, o que tem vindo a fazer activamente desde Setembro passado.

## DELEGAÇÃO DE SETÚBAL PROCURA INSTALAÇÕES

No passado dia 16 de Outubro e na sequência de um sem número de diligências que têm vindo a ser feitas junto das entidades civis e militares locais, a Direcção da delegação de Setúbal foi recebida na Câmara Municipal daquela cidade pelo vereador sr. Engenheiro Camacho, em substituição do Presidente da Edilidade.

O assunto abordado foi, como não podia deixar de ser, o das instalações.

Há já cerca de um ano que a delegação aguarda uma resposta à pretensão que a Direcção da delegação da ADFA apresentou e acerca da qual foram alimentadas algumas esperanças.

## NATAÇÃO

Os treinos regulares da natação que tinham vindo a ser realizados na piscina da Direcção-Geral de Desportos em S. Bento e sob a orientação de um técnico daquela Direcção-Geral foram interrompidos pelo espaço de duas semanas para limpeza e renovação da água, tendo já sido reiniciados, desta vez, com alteração, passando o treino de 4.ª-feira para 3.ª-feira à mesma hora.

Assim, os treinos passam a efectuar-se às 3.ª e 6.ª das 21 às 21.50 h.

A carrinha da Associação encontra-se à disposição dos associados com saída da Associação às 20.15 h. e com regresso da piscina às 22.10 h.

É de referir que esta modalidade vem ganhando cada vez maior número de adeptos entre os associados de Lisboa, pena é que não se disponha de um período maior de tempo na piscina para se poder facultar a prática da natação a todos os interessados. Além disso, como já referimos em números anteriores, os orientadores técnicos da Direcção-Geral de Desportos só aceitam grandes deficientes, ou seja, aqueles cuja prática da natação produz efectivamente efeitos de recuperação e reabilitação dada a deficiência em questão.

Foi precisamente por esta resposta tardar que a Direcção da delegação solicitou nova audiência.

Para além das novas promessas formuladas pouco mais se adiantou. Sabe-se que a totalidade das instalações que constituem o património municipal estão superocupadas e que a possibilidade de uma cedência estará dependente da desocupação de qualquer delas. Entretanto a Direcção da delegação indicou algumas casas passíveis de ocupação, tendo-lhe sido prometido que o assunto seria abordado numa das primeiras reuniões da Câmara.

A delegação de Coimbra aguarda com todo o interesse a solução a dar ao assunto, esperando-se, como habitualmente, o apoio com que sempre a Câmara distinguiu a Associação.

## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES VAI SER CRIADA

A ADFA foi convocada pela Direcção-Geral de Desportos para uma reunião a realizar naquela Direcção-Geral, no próximo dia 2 de Novembro, a fim de tratar da questão da criação da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes.

Com esta medida da Direcção-Geral de Desportos dá-se assim um grande impulso ao desporto para deficientes.

A ADFA congratula-se com esta iniciativa da Direcção-Geral de Desportos, à qual se pode revestir de grande interesse para todos os deficientes, especialmente para aqueles que têm vindo a fazer um grande esforço no sentido de valorizar o desporto para deficientes.

## GINÁSTICA DE RECUPERAÇÃO

A Secção de Desportos da sede da Associação está a desenvolver esforços no sentido de montar um ginásio polivalente para a prática de ginástica de recuperação e manutenção.

Além disso este ginásio será ainda adaptado para o desenvolvimento de uma escola de Judo.

A concretização desta iniciativa está dependente, em princípio, como já noticiámos em números anteriores, do apoio técnico e em equipamento da Direcção Geral de Desportos.

## IV MEIA-MARATONA INTERNACIONAL DA NAZARÉ

### • A ADFA PREPARA PARTICIPAÇÃO

Vai realizar-se, no próximo dia 12 de Novembro, às 11 horas, à semelhança dos últimos anos, a já tradicional Meia Maratona da Nazaré.

A II Meia Maratona Internacional da Nazaré é organizada pelo Clube «Stella Maris» e «Spiridon-Portugal» consoante de uma prova de estrada de 21 km.

Nesta prova, que está a atingir uma grande popularidade, podem participar atletas de qualquer idade, desde que se encontrem de boa saúde e com uma preparação física apta a esforços prolongados. Vem já sendo tradicional a participação de deficientes nesta prova. A ADFA vai fazer-se representar este ano através de alguns sócios que, para o efeito, iniciaram já treinos no Estádio Universitário, sob a orientação de um sócio que tem larga experiência de atletismo. Estes treinos estão a efectuar-se todos os sábados a partir das 10 horas.

Nesta meia maratona participam atletas de várias categorias, as quais, de acordo com o regulamento geral da prova enviada pela organização à ADFA, têm a seguinte divisão: federados, juniores, populares, veteranos e senhoras.

A inscrição na prova é gratuita e termina no dia 4 de Novembro.

A classificação será individual absoluta e por categorias, havendo uma classificação colectiva para as equipas representantes de Corporações de Bombeiros.

O controlo de chegada é encerrado 2,30 h. depois da partida, pelo que não serão classificados os atletas chegados posteriormente.

São os seguintes os prémios a atribuir aos melhores classificados:

— Medalhões do 1.º ao 20.º lugares na classificação absoluta.

— Medalhões para os 5 primeiros classificados em cada uma das categorias.

— Um troféu para o 1.º atleta português, bem como para o 1.º atleta estrangeiro e para o 1.º atleta do distrito de Leiria e ainda para a 1.ª equipa de bombeiros.

— Lembranças e outros prémios para todos os participantes.

## TÉNIS DE MESA

Organizado pela F. M. B. P. (Fábrica Militar de Braço de Prata) e pela F. N. M. A. L. vai realizar-se no próximo dia 4 de Novembro, com início às 9.00 horas, nas instalações da antiga Tabaqueira — Rua Fernando Palha — Poço do Bispo — o II Torneio Aberto de Ténis de Mesa.

A ADFA vai participar neste torneio, mas com um grupo de associados em número bastante reduzido, dado que no mesmo dia se realiza o convívio desportivo promovido pela Direcção Geral de Desportos, de que damos notícia neste número, e no qual vão participar sócios da Associação também na modalidade de ténis de mesa.

LÊ  
DIVULGA  
ASSINA



## A CULTURA É UMA ARMA

AS REVOLTAS E REVOLUÇÕES  
DOS SÉCULOS XIV E XV

Continuamos neste número (em seguimento do «Elo» n.º 63) a referir-nos às Revoltas Camponesas dos séculos XIV e XV que abalaram o regime feudal, sem no entanto o destruírem.

Nos séculos XIV e XV verifica-se uma crise, comum a toda a Europa em alguns dos seus aspectos, mas que apresenta características próprias para cada país e até mesmo para cada região de um só país.

Os progressos que se verificaram até ao fim dos séculos XIII no mundo feudal — a libertação progressiva dos camponeses, os arroteamentos, a fundação de novas aldeias, o crescimento das cidades, o desenvolvimento da indústria e do comércio, terrestre e marítimo, o aparecimento de portos importantes — sofrem no princípio do século XIV uma paragem e mesmo, em alguns casos um retrocesso.

O crescimento industrial provoca os primeiros problemas (problemas que podemos considerar como já de expansão do capitalismo dentro da formação económico-social feudal). É o problema dos mercados, da concorrência entre países e cidades dos mesmos países, das matérias-primas necessárias para alimentar a indústria.

No interior de cada cidade surgem os conflitos criados pelos abismos sociais resultantes do próprio desenvolvimento da indústria. São conflitos em que se opõem os grandes burgueses possuídos do capital e os artífices assalariados, que sofrem as perturbações da indústria e se vêem obrigados a participar, além do trabalho, com impostos no aumento da riqueza dos primeiros.

Mas nos campos (e a sociedade feudal é ainda, e irá ser por muito mais tempo, sobretudo rural), a situação não é melhor: o aumento demográfico conduz a uma extrema divisão das explorações camponesas em terrenos que produzem cada vez menos. Por outro lado, o senhor feudal, dono das terras, tem necessidade de dinheiro para fazer frente às despesas efectuadas, sobretudo, com a aquisição de novas técnicas militares e exige cada vez mais prestações e taxas mais elevadas.

O camponês, para fazer face às exigências, vê-se obrigado a vender no mercado os produtos que precisa para o seu próprio consumo. Muitos querem fugir para a cidade, onde as condições, estando longe de serem satisfatórias, são superiores, no entanto, às do cam-

po, mas o senhor, servindo-se dos seus direitos, que reforça, obriga-o a permanecer ligado à terra.

A fiscalização por parte dos senhores passa a ser mais rigorosa e violenta. A par desta, aparece a fiscalização real — reflexos duma certa centralização do poder começam a aparecer os impostos reais.

A piorar esta situação económico-social, surgem, em grande parte como consequência, flagelos, que podemos considerar interligados, e onde causas e consequências se confundem e que vão marcar todo o período que vai dos princípios do séc. XIV aos fins do séc. XV: as guerras, as fomes, as pestes.

As revoltas são constantes.

A **Jacquerie** é uma das mais importantes.

Entre 1337 e 1453 decorreu a guerra entre a França e a Inglaterra, que ficou conhecida como a Guerra dos Cem Anos. Os camponeses franceses eram saqueados e pilhados quer pelas tropas inglesas, quer pelas francesas. Os senhores feudais não só não defendiam os camponeses como aceleravam a sua ruína com novas contribuições.

O ódio à servidão e à opressão dos senhores foi crescendo e fez rebentar, na frente do Norte, uma grande sublevação — a **Jacquerie** — que apesar de não obedecer a nenhum plano prévio pôs, pela primeira vez, em causa o sistema feudal, embora a luta fosse só dirigida contra os representantes desse mesmo sistema.

Esta revolta, que não tendo um carácter nacional, teve uma larga área de irradiação e deve o seu nome aos camponeses «Jacques», não se sabendo no entanto, se assim eram chamados pelos nobres, para ridicularizar a sua simplicidade ou se devido a uma peça de vestuário que eles usavam — «Jacquet» —, teve como causa detonadora o desprezo pelos nobres. Até aí acreditava-se nas suas virtudes militares.

Porém, ou pela sua própria presença nas batalhas ou pelas narrativas feitas nas aldeias os camponeses franceses tomaram consciência da incapacidade militar dos seus senhores. E assim a juntar-se ao ódio pela opressão aparece o descrédito pelas qualidades que os tornavam superiores — as guerreiras.

E quando as ordenanças de 14 de Maio de 1358 convidavam o povo a armar-se, a juntar-se e a defender os castelos, das tropas inimigas, os

camponeses retiveram o apelo às armas e ao ajuntamento e, persuadidos de que a restauração dos castelos só lhes seria prejudicial, porque restauravam assim um poder que os oprimia, tomaram a decisão oposta — lançaram-se contra as mansões senhoriais.

Esta revolta que durou aproximadamente 15 dias contou com cerca de 100 000 homens na zona imensa da revolta. A sua força maior estava no entanto nos cinco ou seis mil homens que Guillaume Gele, seu chefe, comandava. Eram homens inexperientes e indisciplinados, na sua maioria. Uns, antigos soldados, outros antigos agentes reais ou senhoriais, alguns padres fugidos aos quadros eclesiásticos. A maior parte no entanto eram camponeses revoltados contra as exigências fiscais e no cúmulo da miséria.

A imagem que nos é dada da acção da revolta pelo historiador Domenget é esta: «Em todas as aldeias viam-se imensos «Nurons» erguerem-se arrebataadamente de ódio. Gesticulavam, gritavam, percorrendo os campos à aventura, cobertos de lama, de poeira ou de sangue. Com raiva, brandiam as armas improvisadas que tinham confeccionado ou que tinham à sua disposição: barras de ferro, lanças antigas, machados, picaretas, forquilha, relhas de arado, enxadas, foices encabadas ou mesmo simples facas. Manejavam também o archote.

Vingar-se sobre os nobres e os castelos, matar, pilhar, mar-

tiziar, incendiar como tinham visto fazer: tal era o seu objectivo.»

Também esta revolta, que não demonstra ainda consciência de classe, que não obedece a nenhum plano prévio, nem possui força armada organizada, mas que, e de acordo com Domenget «em plenos meados do séc. XIV e daí a sua importância histórica, constitui o laço de junção entre a Revolução Comunal do Séc. XII e a Revolução Nacional do séc. XVIII», vai acabar numa sangrenta contra-revolta dos senhores.

O Feudalismo continuará na França, e com ele a opressão senhorial até à Revolução Francesa de 1789.

## EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

Pretendendo-se realizar uma grande exposição fotográfica por altura do próximo aniversário da ADFA (14 de Maio de 1979), subordinada aos temas «guerra colonial» e «integração social dos deficientes», apela-se a todos os sócios que possuam fotografias sobre qualquer destes temas que entendam possam ser inseridas nesta exposição para as enviarem (se possível os negativos) à sede da Associação, as quais, depois de reproduzidas, serão devolvidas.

## INTENSIFICAÇÃO DA VIDA ASSOCIATIVA

Após a compreensível desmobilização que nos meses de Verão se sente em certos sectores da vida interna e associativa da ADFA, recomeça-se agora com interesse a programação e execução de diversas movimentações que animam a vida dos sócios e mesmo estimulam a acção dos órgãos sociais e de algumas secções dos serviços.

Assim, a primeira data que fez afluir bastantes sócios e familiares à nossa sede foi o passado 14 de Outubro.

O programa teve três partes distintas: despor-

to, almoço e tarde recreativa. O futebol de salão correu muito bem.

A simultânea de xadrez, em que o «mestre» era o conhecido ex-campeão nacional Fernando Silva, também fez debruçar na frente dos tabuleiros alguns sócios da ADFA e outros deficientes, nomeadamente sócios das Ligas de Cegos.

O almoço não ficou atrás. Eram 50 convivas reafirmando, mesmo à mesa, que a nossa ADFA está cada vez mais viva, forte e unida.

A tarde foi preenchida com um filme do inesquecível Charlie Chaplin que agradou muito a mais de cem pessoas presentes, entre as quais se encontravam muitos filhos de sócios da ADFA.

Infelizmente não pudemos contar com o cantor José Barata Moura devido a doença que desde há algumas semanas o tem impedido de actuar. Apesar desta pequena-grande falta, foram bastantes os nossos camaradas que expressaram o seu desejo de que a ADFA organizasse mais convívios.

Este entusiasmo vem ao encontro da programação da Direcção Central já empennada na

realização de novos encontros. Sempre no sentido de ter os deficientes mais unidos à volta da sua Associação e mais motivados para uma participação activa na vida da ADFA.

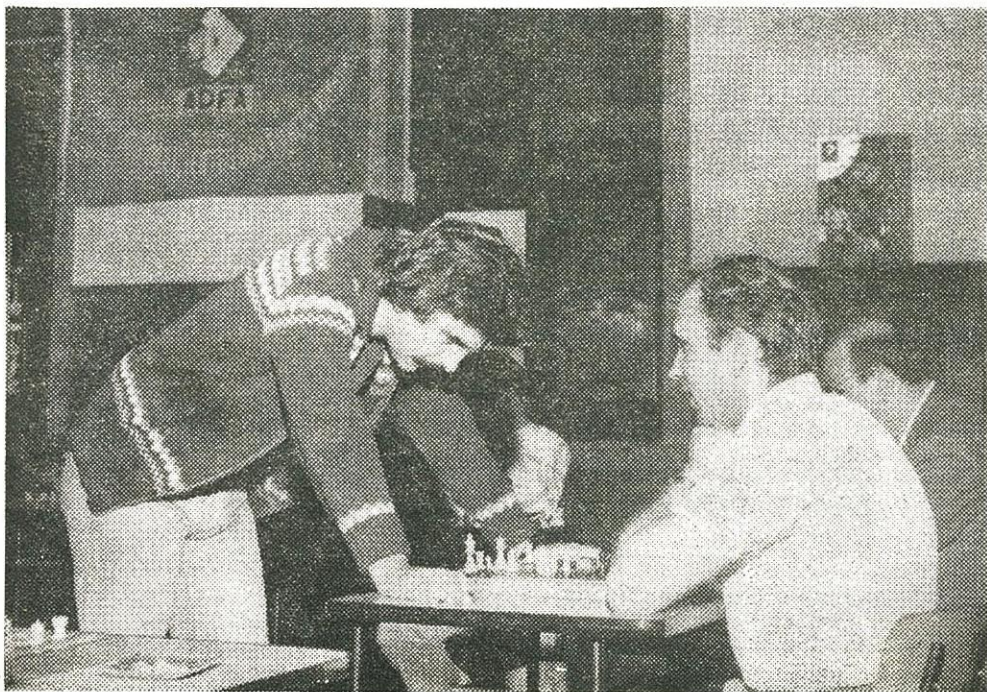
Camaradas, aproximem-se a festa do Natal. Antes ainda, é o nosso «ELO» que faz anos. Depois é o calendário para 79, que gostaríamos chegasse a casa de todos os sócios e amigos dos deficientes.

Do desporto apercebemo-nos que quer tomar uma dimensão nunca atingida na ADFA. Também a parte cultural, mesmo que eventualmente recreativa, não pode ficar atrás. Vamos todos participar mais e só ganharemos, directa e indirectamente, com isso.

Todos estamos ainda lembrados do último 14 de Maio. Apesar de alguns pequeníssimos contratempos foi unanimemente considerado um êxito a todos os níveis. Há muito que fazer para honrar e suplantar as festas das comemorações do 4.º Aniversário. Mas estamos, sempre a aprender e a experiência vale por novas forças. Por outro lado a ADFA tem crescido bastante. Seremos capazes.



Aspecto de um jogo de futebol de salão (Foto Farinha Lopes)



O simultaneador com um deficiente (Foto Farinha Lopes)



Aspecto da simultânea de xadrez (Foto Farinha Lopes)

## COOPERAÇÃO COM OS NOVOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Conforme noticiámos no último número do «Elo», a ADFA está empenhada em estabelecer contactos com as Embaixadas em Portugal dos novos-países de expressão portuguesa, a fim de se estabelecerem relações de cooperação com os deficientes das ex-colónias, incluindo uma colaboração mútua e troca de experiências.

Neste sentido a Direcção Central da Associação foi recebida no passado dia 20 de Setembro pelo Embaixador da Guiné-Bissau. A Direcção da ADFA teve oportunidade de expor ao representante daquela antiga colónia em Portugal os objectivos desta iniciativa, os quais têm como fundamento essencial um sentimento de solidariedade dos deficientes das Forças Armadas com os deficientes da Guiné-Bissau, especialmente com aqueles que se deficientaram na luta pela libertação daquele território.

No passado dia 10 de Outubro a Direcção da Associação foi recebida pelo Embaixador da República Popular de Angola, ao qual os dirigentes da ADFA exprimiram a intenção de colaborar com os deficientes daquele país.

Colocados outrora em campos distintos, os deficientes das Forças Armadas Portuguesas e os deficientes dos movimentos de libertação das ex-colónias vêem-se hoje, necessariamente, empenhados na mesma luta, a integração nas respectivas sociedades. Para o êxito dessa luta, tanto da nossa como da deles, torna-se da maior utilidade o estabelecimento de relações, cooperação e troca de experiências.

Tanto o Embaixador da Guiné-Bissau como o Embaixador da República Popular de Angola ficaram muito sensibilizados com esta iniciativa da ADFA, tendo prometido todo o empenho para que a intenção da ADFA tenha concretização e o estabelecimento de relações efectivas tenha lugar. Para o efeito ficaram de entrar em contacto com os respectivos governos a fim de encontrar a forma prática do estabelecimento de relações.

A Direcção da ADFA aproveitou esta entrevista com o Embaixador da Guiné-Bissau para tratar de questões relativas à situação dos deficientes das Forças Armadas Portuguesas que, naturais da Guiné-Bissau, aí residem presentemente. Foi encontrada a melhor vontade e disposição para resolver todos os problemas que possam existir, garantindo totalmente os direitos daqueles que se deficientaram ao serviço do Exército Português e que decidiram fixar-se na Guiné-Bissau.

O Embaixador da Guiné-Bissau ofereceu à ADFA uma medalha comemorativa do 20.º aniversário do PAIGC, cujo verso e anverso aqui reproduzimos.



## ATRIBUIÇÃO DE DIURNIDADES AOS DEFICIENTES DO EX-ULTRAMAR

Segundo informação recebida da Repartição de Finanças (Cova da Moura) do Ministério da Reforma Administrativa, os deficientes das Forças Armadas em serviço, pensionistas do ex-Ultramar e que recebam por aquele organismo, devem, no seu próprio interesse, ali apresentar certificado de tempo de serviço e declaração de grau de incapacidade, para efeitos de atribuição de diurnidade, nos termos do decreto-lei n.º 341/76.

Estes documentos devem ser solicitados às unidades militares, onde os deficientes se encontravam apresentados.

## A IMPRENSA E OS DEFICIENTES

Sempre atentos à Imprensa e à forma como esta vem dando relevo (pouco) à questão dos deficientes, salientamos desta vez, um pequeno artigo inserto recentemente no «Diário Popular».

«Lamentavelmente, ainda existem muitos deficientes motores que, entregando-se à indigência, encontram na exacerbação dos seus males um importante factor especulativo, propiciador de bons rendimentos. Para eles, qualquer medida assistencial seria incómoda, dado que acabaria com o «negócio».

Não é esse o caso dos dois deficientes dos membros inferiores que, todas as manhãs e aos fins de tarde, um atrás do outro, num impressionante cortejo que fere a sensibilidade dos transeuntes, se arrastam pelos passeios da Avenida Navarro, nesta cidade, fazendo paralisar o trânsito no Largo das Ameias. Enveredando depois pelas ruas da Baixa, por entre as pernas dos passantes, seguem o seu triste destino, que não é outro senão o de estender a mão à caridade.

Estes homens, que juntamente se arrastam pelos passeios sobre uma improvisada almofada, movimentando-se com as mãos pelo chão, constituem um espectáculo doloroso e chocante, envergonhando qualquer sociedade que não tome a seu cargo a solução destes e de outros casos, semelhantes. No mínimo, estes homens precisam de uma cadeira de rodas, de forma a limpar-se — também minimamente — a consciência de um crescente desinteresse pelo próximo.

★

Esta nota humana e local, repassada de um humanitarismo que dignifica, faz evidenciar a mentira — ou a falência — dos esquemas sociais deste País. Todos conhecemos como se multiplicam casos como estes por esse Portugal fora, esquecendo-se afinal que o deficiente é um valor humano a dignificar. Estes homens precisam de uma cadeira de rodas, mas precisam também de ser nossos iguais, realizando-se diariamente pelo trabalho — de que o País, afinal, tanto carece.»

## RAMALHO PIRES FALECEU

### A ADFA PERDEU UM DOS SEUS MELHORES MILITANTES

A ADFA acaba de perder um dos seus maiores militantes, o sócio n.º 164, José Alberto Ramalho Pires que faleceu no passado dia 16 de Setembro devido ao agravamento da sua própria deficiência.

O Ramalho Pires era um dos sócios mais assíduos da Associação (Lisboa). E só não era mais porque a sua defi-

ferido em campanha, em Angola, em Dezembro de 1969, tendo resultado do acidente vários ferimentos os quais provocaram uma grande deficiência (84,6%).

Depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação, veio a falecer em casa de seus pais em Mora, no Alentejo.

Todos quantos trabalharam e conviveram com este nosso camarada na Associação não podem deixar de lhe prestar uma viva homenagem como um exemplo de quem colocava os interesses do conjunto dos deficientes bem acima dos seus próprios interesses.



## CENTRO DE REPOUSO DOS SSFA NO PORTO SANTO

Os Serviços Sociais das Forças Armadas têm a funcionar, desde Fevereiro de 1977, um Centro de repouso denominado CEREPOSA (Centro de Repouso do Porto Santo).

Este centro, da iniciativa dos SSFA, dispõe de 24 quartos com capacidade para alugar mais de 50 pessoas.

Os sócios dos Serviços Sociais das Forças Armadas podem inscrever-se naqueles serviços para passarem períodos de 15 dias no CEREPOSA. Dado o número elevado de interessados, já que se trata de uma oportunidade para passar umas férias agradáveis relativamente económicas, vai sendo difícil conseguir vagas, sobretudo para os meses de verão, para os quais é atribuída uma percentagem elevada aos militares residentes na Madeira.

Atendendo pois ao grande número de interessados, os SSFA estabeleceram, no seu critério de selecção, que as pessoas com doenças de ossos, mediante prova médica, têm prioridade, dado as características próprias da praia de Porto Santo que é recomendada para esse efeito.

Para além dos meses de verão o CEREPOSA funciona como local de convívio e descanso da terceira idade. Aliás, esta iniciativa dos SSFA enquadra-se dentro da política de apoio à terceira idade a que aqueles serviços têm vindo a conceder prioridade ultimamente.

## IMPORTANTE AOS DEFICIENTES EM SERVIÇO COM MAIS DE 90% DE INCAPACIDADE

Para efeitos de possível atribuição de subsídios para aproveitamento de tempos livres, através da CMRA, os sócios da Associação, cujos acidentes ou doenças foram considerados em serviço, que tenham mais de 90% de incapacidade, devem, até ao próximo dia 15 de Novembro, contactar com a secretaria da sede da Associação (Lisboa), pessoalmente ou por escrito, indicando nome completo, número de sócio, percentagem de incapacidade e quantitativo da pensão que recebem.

Chama-se à atenção dos deficientes em serviço, com mais de 90% de incapacidade, para o interesse de contactarem com a Associação, já que se torna necessário enviar à CMRA uma lista desses mesmos deficientes para estudo do subsídio a atribuir.

Sublinha-se que se trata apenas de deficientes em serviço. Este assunto não diz, por conseguinte, respeito aos deficientes em campanha, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA

DE DIVULGAÇÃO

E ASSINATURAS

-COLABORA

# CONSULTÓRIO TÉCNICO

Iniciámos, no último número, esta nova rubrica que, conforme então referido, se pretende de carácter permanente dependendo, até certo ponto, do interesse dos associados leitores do jornal.

Pretende-se coresponder às permanentes interrogações que os sócios colocam, umas vezes por escrito e outras verbalmente, e as quais, na sua maioria, carecem de ser respondidas por pessoas com conhecimentos e competência que, objectiva e linearmente, informem os sócios sobre as questões que a seguir se indicam a título exemplificativo.

— Legislação contemplativa dos direitos e regalias dos deficientes das Forças Armadas abrangidos ou não pelo decreto-lei n.º 43/76;

- Serviços Sociais das Forças Armadas;
- Legislação em geral, abrangendo os sectores de trabalho impostos (profissional, complementar, predial, etc);
- Caixas de Previdência;
- Cooperativa Militar, etc.

Através desta secção responder-se-á às perguntas enviadas por escrito à redacção do «ELO», as quais serão respondidas, atendendo à sua ordem de entrada ou do maior interesse geral que representem.

Desta vez tentamos dar uma ideia clara do que são os Serviços Sociais das Forças Armadas, qual o interesse de que se revestem para os sócios da ADFA e como estes podem utilizá-los.

## SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

- O que são?
- Para que servem?
- Como nos (DFA) servem?

Tentamos neste artigo dar uma panorâmica geral sobre os Serviços Sociais das Forças Armadas porque nos parece de interesse para todos os nossos associados estarem dentro do assunto. Claro que é impossível num só número do nosso «Elo» responder com todos os pormenores às perguntas que fazemos ao princípio deste artigo. Mas prometemos voltar até esgotarmos o assunto e entretanto avisamos todos os interessados que a partir do fim do corrente mês todas as nossas Delegações estarão aptas a responder a quaisquer dúvidas que vos fiquem.

### O QUE SÃO OS S. S. F. A.?

Trata-se duma instituição que, por força de um De-

creto de Dezembro de 1958, agrupou vários organismos então existentes nos ramos das forças armadas. Tratou-se de uma fusão que acarretou situações diversas em relação aos beneficiários que tinham estatutos diferentes consoante a sua origem.

Houve necessidade de regularizar e regulamentar estas situações e aparece em Janeiro de 1978 um decreto do Conselho da Revolução que uniformiza as diversas normas em vigor e que diz no seu artigo 1.º, ponto 2, alínea f), que «podem inscrever-se como beneficiários-titulares «... os deficientes das forças armadas, nos termos do n.º 9 do artigo 14.º do Decreto-lei 43/76, de 20 de Ja-

neiro, e os que lhe sejam legalmente equiparados».

Repare-se que se trata de um regime voluntário e o deficiente passará à pergunta seguinte:

### PARA QUE SERVEM OS S. S. F. A.?

Ora bem. Como instituição de carácter assistencial serve precisamente para suprir as necessidades vitais de alguns dos seus associados que terão de recorrer

e Centros de repouso (todo o ano).

Mas atenção porque temos que responder à 3.ª pergunta:

### COMO NOS SERVEM OS S. S. F. A.?

É lógico que a condição primeira é estar inscrito como sócio nos próprios Serviços Sociais. Também aqui tudo pode ser tratado através da Associação ou nas unidades onde existem delegados dos Serviços Sociais e que são:

Porto — Quartel General Coimbra — Quartel General Funchal — Comando da Zona

Ponta Delgada — Comando da Zona Évora — está em estudo

Igualmente existem delegados em:

Braga — abrange os distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança.

Tomar — abrange os distritos de Leiria, Santarém e Castelo Branco. Alentejo — abrange o distrito de Setúbal.

Os candidatos a sócios beneficiários, sendo pensionistas ou reformados, pagarão uma quota mensal de 0,8% do excesso de 7500\$00 que recebam mensalmente. Em alguns casos os Serviços Sociais só estão a admitir sócios os que já têm as pensões definitivas fixadas. Esta si-

# ÁLCOOL TAMBÉM É DROGA!

Abordados que foram alguns problemas decorrentes do álcool, (vide Jornal «ELO», n.º 46), na rubrica «FILATELIA», penso que o problema deve ser tratado com mais profundidade (e com este meu modesto trabalho apenas pretendo contribuir para esse tratamento), dado que é um terrível flagelo que chega a vitimar famílias. Falo do Alcool, da mania de beber demais e fora de horas...

O que passarei a expôr não constitui uma investigação pessoal sobre o assunto, mas tão-somente um estudo sobre dados que pude colher aqui e além em publicações sobre o assunto. Caberá aos médicos e especialistas estabelecer medidas preventivas e curativas deste flagelo, mas acho que todos devemos (dentro ou fora da nossa Associação) debruçar-nos sobre a questão e começar por tentar eliminar as suas consequências na nossa própria família, na nossa própria Associação, na nossa própria freguesia. Efectivamente, o alcoólico, durante muito tempo considerado como um tarado ou um viciado, é, na grande maioria dos casos, um doente perfeitamente medicado e acompanhado.

Estatisticamente, Portugal figura em segundo lugar na tabela de consumidores de bebidas alcoólicas, possuindo um índice de alcoolismo tão elevado que constitui um factor de primeira grandeza no conjunto das doenças da população. O alcoolismo é o terceiro factor da mortalidade, depois do Cancro e das doenças cardio-vasculares. — in «Generalidades sobre o Alcoolismo» — SAAP.

Estes factos demonstram bem a importância que tem o conhecermos os problemas médicos e sociais relativos ao alcoolismo e o interesse duma acção em profundidade, quer nos ambientes de trabalho, quer no meio social, quer ainda nos aspectos psíquicos do alcoólico para poder estabelecer-se a conveniente desistência do alcoólico (oferecendo-lhe outros passatempos bem mais saudáveis!) e bem assim uma eficiente acção preventiva e curativa.

No próximo número procurarei, a partir de dados simples, apontar alguns efeitos do Alcool sobre o organismo e quais as atitudes a tomar em presença de sintomas de alcoolismo num indivíduo.

Lucídio Pereira Dias  
Sócio n.º 11



a essa ajuda. E, quando dizemos que é para alguns, queremos mesmo dizer que é para os mais necessitados, não interessando serem ou terem sido oficiais, sargentos ou praças. É para quem prove honestamente que necessita.

E os campos em que os Serviços Sociais prestam os seus serviços são os mais variados, como passamos a expor:

- 1.º — Apoio na doença e invalidez e apoio à velhice, viuvez e orfandade.
- 2.º — Assistência escolar.
- 3.º — Habitação de renda económica.
- 4.º — Assistência financeira (empréstimos).

### Jogo das Damas

Solução do problema n.º 3  
5-20, 23-16, 3-7, 14-4,  
22-12, 16-7, 17-3.

## CARTÃO DE DFA

Os deficientes das Forças Armadas (DFA) abrangidos pelo decreto-lei 43/76 que ainda não requisitaram o seu cartão de DFA, deverão fazê-lo, no seu próprio interesse, dado que este cartão, para além de servir de meio de identificação como DFA, é através dele que podem ser usufruídas as regalias consignadas no decreto-lei 43/76.

A Associação, tanto através das delegações como da sede, está apta a encaminhar a requisição destes cartões à Repartição Geral do Ministério do Exército e aos outros dois Ramos das Forças Armadas.

## ESTÚDIO FOTOGRÁFICO DA ADFA

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★ VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★ REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS MESMO MUITO ANTIGAS

★ REPORTAGENS EM CASAMENTOS, BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67 LISBOA

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

### Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome .....

Morada .....

Localidade .....

PORTUGAL

ANUAL ... .. 100\$00

SEMESTRAL ... .. 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL ... .. 200\$00

SEMESTRAL ... .. 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)  
JUNTO ENVIO CHEQUE  
VALE DE CORREIO  
(Riscar o que não interessa)

# EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

em que se encontra a maioria dos deficientes. Só através dessa acção os deficientes poderão dar um contributo válido para a transformação profunda da sociedade, única via dos seus problemas serem integralmente resolvidos, conforme preconizou o representante dos trabalhadores presente no encontro.

Para além da unidade de todos os deficientes, ficou bem clara a necessidade de estes se unirem e aliarem aos trabalhadores, única força social que sente e defende os seus interesses.

Assim, na unidade de todos os deficientes e destes com os trabalhadores, se concluiu estar a via da integração social.

Necessário se torna agora que as partes desta possível e desejável unidade se empenhem na sua efectiva construção.

# A CARIDADEZINHA...

É bastante cómodo o pensamento e sua concretização que «dando o que já não necessitamos» ajudamos os menos «bafeados pela fortuna».

Este trabalho é iniciado numa forma quicá pouco clara.

Por tal, vamos dividir em duas partes o pensamento que nos leva a transformá-lo em linguagem escrita, em duas grandes partes.

UMA—a que se arrasta pelos sinuosos caminhos interrompidos em

1974, mais propriamente em Abril, 25;

OUTRA — a que se inicia após o 25 de Abril até hoje. (Este HOJE não é coincidente com o hoje da leitura. Mas o escriba afiança que entre a feitura e a leitura, nada, absolutamente nada mudou. E se porventura algo tiver mudado é para pior... pessimismos).

## PRIMEIRA PARTE

Com a «inauguração» do Estado Novo, e esta parte da história é a que

está mais viva por mais recente, os governos que se foram sucedendo, todos dirigidos pelo mesmo decrépito e néscio personagem, nada fizeram para que os problemas dos «menos capazes» se resolvesse doutra forma que a caridadezinha.

E por trás de toda esta estrutura a igreja, certo sector da igreja mais interessada nos problemas terrenos que na metafísica, muito contribuiu para a consolidação da falsa resolução dos problemas:

«Quem dá aos pobres, empresta a Deus.»

E assim se foram passando os 48 anos com empréstimos feitos a Deus.

Ainda estão bem presentes as «senhoras muito bem» com uns aventais brancos que pelas ruas das cidades «sacavam títulos de empréstimo a Deus», para os mais pobrezinhos, ao cidadão que passava.

Enfim eram peditórios constantes, uns para isto, outros para aquilo etc., etc., etc.

## SEGUNDA PARTE

Com o 25 de Abril as esperanças populares para que os problemas fossem finalmente resolvidos tornaram-se mais fortes.

Uma repetição dessas esperanças que moveram o Povo em 5 de Outubro de 1910.

Mas voltemos aos nossos dias.

Após um ano de Democracia foi elaborada a regulamentação dos direitos dos cidadãos, isto é, a Constituição da República Portuguesa.

Essa Constituição que regula os direitos e deveres dos cidadãos consagra os seus artigos à melhoria das condições de vida, em todos os sectores, do Povo.

Um dos seus artigos é consagrado aos deficientes, sector mais que tradicional relegado para uma subvida, dependente da esmola. Da caridadezinha.

Se por um lado a Constituição diz que esse estado de coisas não pode continuar, as boas intenções e pouco mais, não mudaram efectivamente, ou melhor, não concreti-

zaram o espírito da Constituição.

## PRÓLOGO

Fazendo um contínuo ao último período, as nossas palavras são facilmente comprovadas pelo dia-a-dia.

E o que é mais grave ainda é a «célebre» campanha — PIRÂMIDE — a que os órgãos de comunicação social têm dado uma cobertura que, convenientemente analisada, mais não é do que a confirmação da humilhante situação a que estão e estarão sujeitos os «menos capazes».

Efectivamente essa «cruzada de amor e piedade» faz lembrar as ridículas e desprezíveis acções levadas a cabo pelas senhoras dos chás-canastas.

Apela-se para as pessoas não deitarem ao lixo objectos que já não necessitam.

Ora bem, se uma pessoa pensa desfazer-se de um casaco, por exemplo, é porque essa peça de vestuário já não se encontra em boas condições.

Uma pergunta, ou melhor, várias questões se podem levantar:

— Se o casaco não «serve» para uma pessoa, porque motivo «tem que servir» para outra?

— Onde está, segundo o espírito da tal pirâmide, a igualdade entre os homens, consagrada na Constituição da República Portuguesa?

Outras perguntas se põem:

— Que cotação terão tais acções na banca celestial?

Para um observador desprevenido, que ao pedirem-lhe objectos para ele desnecessários mas que «poderão alegrar muitos corações» poderá involuntariamente pensar se ainda estamos no tempo das conversas em família, no tempo das bênçãos de armas e balas para a guerra, e ainda o que é mais grave, poderá aflorar-lhe ao cérebro uma pergunta que não sabemos como classificá-la:

— Mas, houve ou não houve um 25 de Abril?

Faz uma certa confusão a muita gente que os deficientes já não são aqueles ordeiros sub-humanos que quase «partiam a espinha» em agradecimentos quando se lhes oferecia algo.

Essa gente não aceita que os deficientes e outros sectores susceptíveis de esmola façam barulho, exijam.

Mudam-se os tempos mudam-se as vontades.

Essas humilhantes intenções de pirâmides e outras... do género devem ser convenientemente analisadas e esclarecidas.

Julgam poder comprar a paz de espírito com umas calças rotas, uma camisola remendada, ou uma boneca decepada?

# I ENCONTRO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

(Continuação da 1.ª pág.)

pecial são praticamente nulas a nível oficial e inacessíveis para a quase totalidade dos deficientes a nível particular, por outro lado o ensino normal não oferece garantias mínimas aos deficientes, sobretudo aos grandes deficientes, já que os professores não estão preparados para orientarem na sua classe alunos deficientes, as turmas têm alunos em número exagerado, as instalações não estão adaptadas, não existe material escolar especialmente adequado para deficientes, etc.

No painel de emprego foi feito um levantamento dos problemas que afectam os deficientes neste domínio.

Neste painel esteve presente um representante da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical que realçou que os problemas de desemprego dos deficientes só terão solução efectiva quando se resolver o problema do desemprego em geral.

Foi referido que neste momento existem em Portugal mais de 600 000 desempregados, ou seja, 15% da população encontra-se desempregada. E são os deficientes, logicamente, aqueles que mais sofrem com esta crise de desemprego, já que, com a disponibilidade de mão-de-obra existente, os empresários tentam recrutar os seus trabalhadores no máximo de garantia para recolherem a maior produtividade.

Foi salientado pelo delegado da Intersindical que a forma mais eficaz de encontrar solução para os problemas dos deficientes é promover o estreitamento das relações entre os deficientes e os trabalhadores, através das suas Associações e da Intersindical, já que deficientes e trabalhadores se encontram empenhados numa luta comum.

Aliás, o representante da Intersindical teria oportunidade de afirmar que a integração social

dos deficientes só terá lugar através da transformação profunda da sociedade portuguesa de acordo com o projecto constitucional.

Várias intervenções dos deficientes presentes foram ao encontro da intervenção do representante da Intersindical, ficando bem marcado que os deficientes e os trabalhadores têm que estar unidos na mesma luta.

Foi ainda referido, por outro elemento da mesa, que se gastam fortunas para salvar a vida a uma pessoa, mas que, posteriormente, no caso dos deficientes, não se investe na sua integração. Aliás, registaram-se intervenções de deficientes presentes dentro deste tom, já que, embora a Constituição preveja a integração dos deficientes como um dever do Estado, permanentemente surge a desculpa do dinheiro para aquilo que se não faz, mas já o mesmo critério não é utilizado, por exemplo, no pagamento das indemnizações aos capitalistas, salientou-se.

Vários outros aspectos relativos ao emprego foram tratados, tais como as condições de trabalho para deficientes no próprio local de trabalho, a forma sempre negativa, como os empresários reagem perante os deficientes; quer no acto de recrutamento de pessoal, quer nas relações que mantêm com o deficiente quando trabalhador, o comportamento dos deficientes perante o trabalho, a reabilitação profissional, a quota obrigatória, sua utilidade ou não, etc.

Uma constante se verificou, na discussão deste tema, os deficientes reivindicam o direito ao trabalho, em condições condignas e reconhecem como seus aliados todos os trabalhadores.

Secretário Nacional de Reabilitação presidiu à sessão de encerramento

A sessão de encerramento foi presidida pelo

Secretário Nacional de Reabilitação, Dr.ª Maria João Allen de Vasconcelos, que se referiu ao trabalho já realizado pelo Secretariado Nacional e sobretudo às dificuldades com que este organismo tem deparado nesta fase de arranque, especialmente a nível de instalações, estando, no entanto, informou, para breve a transferência do Secretariado para um edifício definitivo, faltando agora resolver os problemas de equipamento.

A Dr.ª Maria João de Vasconcelos salientou a importância do papel que o Secretariado Nacional de Reabilitação tem a desempenhar, afirmando que se trata de um organismo com amplo campo de acção, dependendo tudo da sua capacidade e da capacidade dos deficientes através das suas Associações.

## Conclusões

No final foram lidas as conclusões do Encontro, as quais haviam sido elaboradas na sequência das intervenções dos elementos da mesa e os deficientes presentes.

No domínio da segurança social concluiu-se ser necessário que todos os deficientes tenham direito a um subsídio para fazer face às suas dificuldades; necessidade de adaptar os transportes públicos para utilização pelos deficientes; percentagem de habitações sociais adaptadas reser-

vaças para deficientes; facilidades na aquisição e reparação de próteses; criação do Instituto Nacional de Seguros, etc.

No domínio do ensino concluiu-se pela necessidade de formar professores e técnicos especializados; sensibilizar a sociedade sobre o problema da educação dos deficientes; adopção do curriculum escolar de acordo com as limitações dos deficientes; criação de centros de material didáctico especial de apoio aos deficientes, etc.

Quanto ao emprego, entre outras conclusões, salienta-se a necessidade de os deficientes encontrarem em conjunto as soluções indicadas para os seus problemas e de estabelecerem formas de colaboração com o movimento sindical.

Na sessão de encerramento foram apresentadas algumas moções à mesa, tendo sido aprovada uma em que se reclama do Governo medidas para que o Secretariado Nacional de Reabilitação funcione em pleno, que seja dotado de capacidade legislativa e que sejam empregados naquele organismo mais deficientes. Uma outra moção aprovada, por unanimidade e aclamação, determina que no próximo ano se faça um congresso de todos os deficientes incluindo os deficientes das Forças Armadas e sinistrados no trabalho.



Aspecto da assistência (Foto Farinha Lopes)